

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ANA CAROLINA MELOS DE SOUSA

**O MOVIMENTO POPULAR PELA LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA): DE
ELITE REVOLUCIONÁRIA A ELITE DIRIGENTE**

**Porto Alegre
2016**

CIP - Catalogação na Publicação

de Sousa, Ana Carolina Melos
O Movimento Popular pela Libertação de Angola
(MPLA): de elite revolucionária a elite dirigente /
Ana Carolina Melos de Sousa. -- 2016.
70 f.

Orientadora: Sonia Maria Ranincheski.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Movimento Popular pela Libertação de Angola. 2.
Elite política. 3. Elite revolucionária. 4. Elite
dirigente. I. Ranincheski, Sonia Maria, orient. II.
Título.

ANA CAROLINA MELOS DE SOUSA

**O MOVIMENTO POPULAR PELA LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA): DE
ELITE REVOLUCIONÁRIA A ELITE DIRIGENTE**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Sonia Maria Ranincheski

**Porto Alegre
2016**

ANA CAROLINA MELOS DE SOUSA

**O MOVIMENTO POPULAR PELA LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA): DE
ELITE REVOLUCIONÁRIA A ELITE DIRIGENTE**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, 07 de dezembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Sonia Maria Ranincheski (orientadora) - UFRGS

Prof. Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann - UFRGS

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva - UFRGS

Às mulheres brasileiras de coração valente.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à República Federativa do Brasil pela oportunidade de cursar o ensino superior e ao povo brasileiro por tê-la financiado. Estendo este agradecimento à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instituição educacional de renome pela sua inegável qualidade acadêmica que me garantiu uma excelente formação superior, e à Faculdade de Ciências Econômicas onde se concentraram meus estudos ao longo destes anos de graduação. Agradeço a todos os técnicos administrativos e funcionários terceirizados, em especial aos desta faculdade, que se dedicam diariamente a atender os alunos das mais diversas formas e nos garantem as condições necessárias para utilização deste espaço.

Agradeço imensamente aos professores que compõe o corpo docente do curso de Relações Internacionais por terem me ensinado mais do que conceitos e teorias sobre o funcionamento do Sistema Internacional; por me ensinarem a desmistificar velhos paradigmas e por aguçarem meu senso crítico. Em especial, agradeço à minha orientadora, profa. Dra. Sonia Maria Ranincheski, que mais do que uma orientadora foi confidente das minhas angústias e comemorou comigo cada vitória conquistada; uma verdadeira inspiração da professora que desejo ser um dia. Para além da vivência em sala de aula e das pesquisas desenvolvidas nesses anos, agradeço as experiências que este curso me proporcionou através dos projetos de extensão, nossa tentativa de retornar à sociedade todo o investimento feito em nossa formação superior. Foi através principalmente do BIS e do UFRGSMUNDI, projetos que sempre carregarei como filhos, que amadureci enquanto pessoa e cidadã, buscando mostrar para alunos e alunas das redes pública e privada de ensino do estado que a universidade é para todos e que lutamos para transformá-la num espaço cada vez mais plural.

Da mesma forma, não poderia deixar de agradecer aos meus amigos de turma 9, companheiros desta jornada que, apesar de árdua, foi sempre prazerosa por ter sido dividida com pessoas tão especiais como vocês. Camila, Letícia, Daniela, Natasha e Gabriela, vocês foram minhas fontes inesgotáveis de risadas e amor; não poderia ter pedido companheiras melhores. Luiza, minha parceira de BIS e de outras tantas coisas maravilhosas. Rodrigo e Marina, obrigada por me colocarem sempre para cima quando nem eu acreditava que seria possível. Júlia, não me canso de dizer o quanto te carrego como exemplo da mulher forte e competente que eu quero ser e te agradeço por todo o aprendizado desses anos. Roberta, minha grande descoberta deste turbulento ano de 2016, palavras jamais serão suficientes para descrever a enorme gratidão que eu tenho pela amizade tão fiel que tu dedicaste a mim nesses últimos meses.

Em especial, agradeço a uma das maiores companheiras que encontrei nesse mundo das RI: obrigada, Patrícia, pelos áudios intermináveis, pelas conversas bobas, pela sinceridade, pelo carinho, pela torcida, enfim, por tudo. E, como não poderia deixar de ser, agradeço à Liza, minha colega de apartamento e companheira das minhas aventuras madrilenas; obrigada por desbravar o velho continente comigo e por ter estado sempre ali quando eu precisei. À Marília e à Bruna, agradeço pelo primeiro voto de confiança e por toda amizade que surgiu a partir daí; vocês são minha inspiração para um infinito de coisas. À Giovana, pelas trocas e pelo conhecimento compartilhado, pelos conselhos e pelo companheirismo de um ano de MUNDI. À Jéssica, por todas as conversas sobre esse país que admiramos tanto e que tanto nos intriga, sem as quais eu talvez não tivesse chegado a este trabalho; é maravilhoso te ter como companheira para esses estudos. Ao João Arthur e ao Willian, pela amizade fiel e descontraída, pelas brigas e discussões, pelos conselhos e por tudo que já dividimos. E ao João Paulo, por tantas e tantas coisas, apesar de tantas e tantas outras.

Por fim, mas nem de longe menos importante, agradeço aos meus pais pela dedicação que tiveram e têm por mim desde o primeiro choro e os primeiros passos, ao longo desses 24 anos. Jamais teria chegado até aqui sem o esforço que vocês empreenderam por mim e nenhuma palavra já inventada pode ser suficiente para representar a infinita gratidão que eu tenho por vocês. Obrigada por me ensinarem a respeitar as diferenças e a lutar por aqueles que precisam. Vocês são minha maior fonte de inspiração e orgulho, e todas minhas vitórias, a começar por esse diploma, são dedicadas a vocês. Espero um dia poder retribuir à altura.

*Quando a educação não é libertadora,
o sonho do oprimido é ser opressor.*

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho se propõe a analisar a trajetória do Movimento Popular pela Libertação de Angola, o MPLA. Assim, trabalha-se desde a sua criação, como grupo de contestação ao colonialismo português na década de 1960, até sua constituição como governo do Estado independente de Angola, em 1975, perpassando seus anos à frente do poder até o ano de 2012, quando se tem o fechamento da primeira década após o fim da guerra civil. Para tal, adota-se a conceituação de elite revolucionária, de Tkachev e Lênin, para descrever esse primeiro momento, e de elite dirigente, a partir do trabalho de Gramsci, para o período posterior. O ponto central da pesquisa é buscar compreender se houve mudanças fundamentais nas características do grupo ao longo dessa transição. Assim, faz-se um estudo de seu processo de formação, sua atuação na luta por independência em Angola, a trajetória política de seus membros fundadores, seu projeto político e as alterações que sofreu ao longo dos anos como governo.

Palavras-chave: Movimento Popular pela Libertação de Angola; Elite política; Elite revolucionária; Elite dirigente.

RESUMEN

El presente trabajo se propone a analizar la trayectoria de “*Movimento de Libertação pela Libertação de Angola*”, MPLA. Así, trabajase desde su creación, como grupo de contestación al colonialismo portugués en la década de los 1960, hasta su constitución como gobierno del Estado independiente de Angola, en 1975, pasando por sus años frente al poder hasta el 2012, cuando hay el cierre de la primera década después del fin de la guerra civil. Para eso, adoptase la conceptualización de élite revolucionaria, de Tkachev y Lenin, para describir ese primer momento, y de élite dirigente, a partir del trabajo de Gramsci, para el periodo posterior. El punto central de la investigación es buscar comprender si hubo mudanzas fundamentales en las características del grupo a lo largo de esa transición. Así, lo hace un estudio de su proceso de formación, su actuación en la lucha por independencia en Angola, la trayectoria política de sus miembros fundadores, su proyecto político y las alteraciones que ha sufrido a lo largo de los años como gobierno.

Palabras-clave: Movimento Popular pela Libertação de Angola; Élite política; Élite revolucionaria; Élite dirigente.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Mapa Político de Angola	26
Gráfico 1 - Produção de petróleo em Angola (2000-2010)	58
Gráfico 2 – Crescimento do PIB de Angola (2002-2012)	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Organizações que contribuíram para a formação do MPLA	24
Tabela 2 – Segmentos controlados pelo Estado angolano em 1978	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANANGOLA – Associação dos Naturais de Angola
CAE – Casa de Estudos Africanos
CEI – Casa dos Estudantes do Império
CMA – Clube Marítimo Africano
EUA – Estados Unidos da América
FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FDLA – Frente Democrática de Libertação de Angola
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
GRAE – Governo Revolucionário de Angola no Exílio
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
JMPLA – Juventude do Movimento Popular pela Libertação de Angola
LNA – Liga Nacional Africana
MAC – Movimento Anticolonialista
MEA – Movimento dos Estudantes Angolanos
MIA – Movimento pela Independência de Angola
MINA – Movimento de Independência Nacional de Angola
MLA – Movimento de Libertação de Angola
MLN – Movimento de Libertação Nacional
MPLA – Movimento Popular pela Libertação de Angola
MUD – Movimento de Unidade Democrática
ONU – Organização das Nações Unidas
OUA – Organização da Unidade Africana
PCA – Partido Comunista Angolano
PCP – Partido Comunista Português
PDA – Partido Democrático Angolano
PIB – Produto Interno Bruto
PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PLUAA – Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola
RDC – República Democrática do Congo
SONANGOL – Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola
UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

UNIVEM I - Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola

UPA – União das Populações de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 O MOVIMENTO POPULAR PELA LIBERTAÇÃO DE ANGOLA: FORMAÇÃO E ENGAJAMENTO POLÍTICO	19
2.1 As origens do MPLA.....	20
2.2 A Luta de Libertação Nacional em Angola e o papel do MPLA.....	25
2.3 Os efeitos desastrosos do colonialismo português: um breve relato da guerra civil angolana (1975-2002)	32
3 O MPLA COMO ELITE REVOLUCIONÁRIA: UM BREVE ESTUDO BIOGRÁFICO DOS SEUS FUNDADORES	37
3.1 Agostinho Neto: a vida política do primeiro presidente de Angola	37
3.2 Viriato da Cruz e Mário de Andrade: um outro MPLA	40
3.3 Lúcio Lara: o fiel companheiro de Neto	45
3.4 De militantes a líderes políticos	46
4 A TRANSIÇÃO PARA ELITE DIRIGENTE: O MPLA COMO GOVERNO	48
4.1 Entre 1975 e 1992: do Estado-partido ao multipartidarismo	48
4.2 De 1992 a 2002: liberalização econômica e abertura política	54
4.3 De 2002 a 2012: a primeira década pós conflito	56
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61

1 INTRODUÇÃO

O termo “elite” foi introduzido por Vilfredo Pareto, em sua obra *Système Socialistes* de 1902, na qual baseava o conceito àquele antes trabalhado por Gaetano Mosca, em *Elementi di scienza política* de 1896. Ambos ficaram conhecidos como importantes nomes dos estudos sobre elites na área de ciência política¹. Segundo essa teoria, todas as sociedades se apresentam divididas em duas classes, uma classe de governantes e uma classe de governados. A classe de governantes é sempre mais restrita e corresponde a um pequeno grupo em relação ao restante da sociedade a qual exerce as funções públicas, detém as fontes de poder e as utiliza em benefício próprio. Segundo Mosca, são as relações de interesse que se estabelecem entre os membros desse grupo, ao qual chamamos elite, que o torna coeso e homogêneo em relação a um outro grupo – o restante da sociedade – que majoritário, porém desarticulado e desagregado. Ou seja, a elite existe e sobrevive devido a sua própria organização (BOBBIO, *et al*, 1983).

Existem diferentes classes de elites, conforme aponta Pareto em *Tratatto di sociologia generale* de 1916, que podem se combinar, integrar e intercambiar entre si a partir da ideia de que constituem o nível superior de uma sociedade – composta por vários outros níveis que intercalam entre o superior e o inferior. Quando essa classe detém a riqueza e o poder de um determinado coletivo social, a ela se denomina elite política (BOBBIO, *et al*, 1983). Este é o conceito que perpassa o presente trabalho: parte-se da ideia de que o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA) constitui a elite política angolana por acreditar-se que o grupo se encaixa na definição aqui utilizada. Dessa forma, o tema deste trabalho diz respeito ao processo de transformação de uma elite revolucionária em uma elite dirigente, a partir do estudo de caso do MPLA em Angola.

O movimento, liderado principalmente por Agostinho Neto, nasceu da necessidade de contestação da realidade colonial em que vivia a população desse território ultramarino português na costa oeste do continente africano. Foram séculos de dominação portuguesa, e os desdobramentos da conjuntura internacional com o fim da II Guerra Mundial, que abriram espaço para a propagação de ideais anticolonialistas e de autodeterminação dos povos, permitiram o surgimento de uma onda nacionalista nas colônias africanas, da qual Angola não ficaria de fora (HOBSBAWN, 2012; M’BOKOLO, 2011; ZOTOV, MALIKH, 1990).

¹ A ideia de que uma sociedade se divide entre governantes e governados não era realmente algo novo na ciência política. O fato novo em Mosca – mais do que em Pareto, como apontam Bobbio *et al* (1983) – é ter apresentado esse conceito de forma científica e, portanto, imparcial, a partir da análise da realidade social, diferentemente daqueles que vieram antes dele – como Marx e Engels – que o utilizaram de forma ideológica ou “ideologizante” (BOBBIO, *et al*, 1983, p. 385).

A guerra acelerou o processo de “mundialização que, sendo até então principalmente económica, acabou por afectar cada vez mais a evolução política das diferentes partes do mundo: a África Negra viu-se diretamente afectada pelo ambiente novo que presidia à reestruturação do mundo, num sentido que era favorável aos movimentos de libertação dos povos afectados. guerra fria; declínio da Europa e o próprio princípio da colonização posto em causa; desinteresse crescente pelas colónias por parte dos europeus, preocupados essencialmente com os problemas da reconstrução; anticolonialismo das grandes potências; emancipação das colónias; renascimento do nacionalismo árabe e emergência de um “Terceiro Mundo” (M’BOKOLO, 2011, p. 500).

O MPLA surgiu, portanto, com o objetivo de libertar o povo angolano e construir um Estado independente e soberano. Nasceu a partir da junção de organizações políticas anteriores, com ideais específicos e um projeto de Estado que contribuíram para sua formação (ROCHA, 2009). Não foi, no entanto, o único movimento de libertação nacional em Angola, o que gerou um conflito não só contra o colonizador, mas entre esses grupos em busca do poder no cenário de pós-independência. Esses grupos eram a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), os dois principais rivais do MPLA na disputa pelo poder, ambos com projetos políticos distintos tanto entre si quanto em relação ao próprio MPLA (FREITAS, 1975). Este que, apesar de não ter sido o único, foi de fato o movimento vitorioso nessa disputa, tendo se tornado governo e se mantido como tal até hoje (WHEELER, 2016).

Angola se tornou independente em 1975, após o estabelecimento de um acordo entre o governo de Portugal e os três movimentos nacionalistas supracitados, que buscou uma transição pacífica do poder, propondo a construção de um governo quadripartide, que nunca chegou a existir de fato. Meses depois, o MPLA declarava a independência sobre os territórios que controlava, os quais incluíam a capital Luanda, centro da administração colonial e, portanto, da máquina burocrática existente em Angola. Desde então, o movimento se transformou em um partido e no governo do Estado angolano propriamente (WHEELER, 2016). Esse processo trouxe mudanças importantes ao MPLA ao longo dos anos: em um primeiro momento, o grupo se coloca como movimento de libertação nacional e apresenta certas características que podem enquadrá-lo como “elite revolucionária”; quando se torna governo, o grupo assumiria, portanto, um novo papel, tornando-se uma “elite dirigente”. Esses dois conceitos são chave para o processo que se busca analisar no trabalho, conforme apresentamos anteriormente. Para

instrumentalizá-los, trabalha-se com as definições extraída a partir das obras de Tkachev² (1875 *apud* THEEN, 1972), Lênin (1986), e Gramsci (2001).

Pyotr Nikitich Tkachev foi um teórico político russo do século XIX que serviria de inspiração para Lênin, anos mais tarde, por seu trabalho acerca de elite revolucionária. Tkachev desenvolveu seu trabalho baseado nas ideias socialistas que circulavam na Europa naquela época, buscando adaptá-las ao contexto russo, apesar de aqui seu pensamento ser utilizado para analisar o MPLA. Segundo ele, revolução é um ato de violência de uma minoria em benefício de um grupo majoritário, que tem lugar quando essa minoria opta por não esperar o processo de tomada de consciência por parte desse outro grupo acerca da realidade de opressão que ela vive (THEEN, 1972). Essa relação de minoria e maioria conforme se desenha por Tkachev por si só já se encaixa no conceito de elite adotado neste trabalho.

Ademais, para o autor russo, os impulsos para mudança de ordem em direção a uma mudança social deveriam vir de fora das massas populares, ou seja, ser conduzida por um grupo minoritário organizado, uma elite revolucionária que conduziria esse processo de mudança. Essa elite de revolucionários englobaria os melhores intelectuais de uma sociedade, que teriam uma certa autoridade moral sobre as massas, a qual pode ser instrumentalizada e transformada em poder material para a execução de tal processo. Ao fazer a revolução, portanto, o objetivo desse grupo é retirar do poder o grupo dirigente conservador e introduzir um novo governo revolucionário (THEEN, 1972). Por sua vez, em consonância com essa ideia, Lênin vai, cerca de 30 anos depois, defender em sua obra “Que fazer?”, de 1902, a importância e a necessidade da condução de um partido de vanguarda no processo revolucionário. Esse partido que é altamente centralizado e conta com um aparato militar minimamente eficiente para levar adiante o projeto de mudança social (LÊNIN, 1986).

Em relação ao conceito de elite dirigente, recorre-se a Antonio Gramsci, em sua obra “Cadernos do Cárcere”, redigida durante o período em que esteve preso, entre 1926 e 1937, na Itália, seu país de origem. Na verdade, Gramsci não usa propriamente o termo “elite dirigente”, mas refere-se à existência de um grupo de intelectuais, portanto um grupo restrito, que é instrumentalizado como dirigente através da ação dos partidos políticos. Para o autor, num geral, um partido político é um mecanismo que desempenha na sociedade civil o mesmo papel desempenhado pelo Estado na sociedade política. A função dessa organização é lapidar seus componentes, de modo a transformá-los em intelectuais políticos qualificados que se tornarão dirigentes (GRAMSCI, 2001). Assim, os intelectuais só podem se inserir como dirigentes pela

² TKACHEV, P. N.. ‘Nabat’ (Programma zhurnala). 1875.

ação doutrinária dos partidos, e estão, portanto, inseridos nas relações sociais de força; representam interesses de classes específicas e guardam uma superioridade intrínseca à sua existência em relação ao restante da sociedade (ALIAGA, 2011).

A partir desses conceitos e dentro do tema proposto, a pergunta a qual se busca responder ao longo do trabalho é: “*no processo de transformação do MPLA de elite revolucionária em elite dirigente, houve mudanças fundamentais nas características do movimento?*”. A pesquisa se desenvolve na tentativa de responder a esse questionamento, guiando-se pela hipótese central de que ao longo de sua trajetória, desde movimento de libertação nacional até se tornar governo, o MPLA teve que modificar seu projeto de Estado angolano para se adaptar à conjuntura interna e internacional. Essa hipótese parte da premissa que sendo governo, é preciso responder a pressões internas e externas ao movimento, e se divide em duas hipóteses secundárias, quais sejam: (i) as características do MPLA como movimento de libertação nacional faz dele uma elite revolucionária; e (ii) como elite dirigente, os desafios impostos pela guerra civil e a necessidade de desenvolvimento socioeconômico levaram o MPLA a adotar uma postura política diferente de alguns dos seus ideais basilares.

Nesse sentido, o objetivo geral do trabalho é compreender e explicar a transição de um grupo político entre elite revolucionária e elite dirigente. Os objetivos específicos que se desenham a partir disso são: (i) analisar o processo de formação do MPLA como movimento de libertação nacional; (ii) compreender como seu papel na luta de libertação contribuiu para colocá-lo no poder; (iii) examinar a trajetória de seus principais fundadores; e (iv) observar as mudanças que ocorreram no projeto político do MPLA em seus anos de governo.

O continente africano desponta novamente como lugar de destaque nas Relações Internacionais do século XXI devido à sua grande potencialidade de crescimento econômico e a riqueza de recursos naturais de que dispõe, ocupando o centro de debates sobre geoestratégia (PENHA, 2011). Como aponta o professor Saraiva (2012):

Refiro-me a uma nova África, que não rompe com as dificuldades históricas, mas que ensaia novas formas de organização de suas sociedades e Estados nos primeiros anos do século XXI. A África ensaia modelos inéditos, mais adaptados ao mundo que vivemos no início de um novo século (SARAIVA, 2012, p. 131-132).

A primeira década do novo século também foi marcada pela ascensão de países emergentes fora da África, os quais se destacam pela inserção internacional ativa, atuando intensamente em organismos internacionais e contribuindo, assim, para a formação de uma nova ordem multipolar. Dentre eles está o Brasil que, ao longo dos anos 2000, nas duas gestões

do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, empreendeu novamente esforços para a retomada de uma política africana, esmorecida desde o início da década de 1990, com a chegada de Collor de Melo ao poder (SILVA, 2015; VISENTINI; PEREIRA, 2008).

Essa nova política africana protagonizada por Lula encontrou em Angola um importante parceiro estratégico. Há um importante histórico de aproximação entre esses países que remonta ainda da época do período colonial no Brasil, entre os séculos XVI e XIX, perpassando pelas décadas de 1960 e 1970 nas quais, em períodos específicos, houve um incremento das relações bilaterais, fortalecidas pelo pioneirismo brasileiro no reconhecimento da independência angolana em 1975 (RIZZI, 2005; RODRIGUES, 1964; SILVA, 2008). Essa nova fase de aproximação se caracteriza pela cooperação técnica e parceria econômica. Foram doze acordos de cooperação assinados durante os mandatos de Lula em diversas áreas e um aumento de cinco vezes no fluxo de exportações brasileiras com destino a Angola, em comparação com o início da década de 2000, assim o setor de importações que também teve um crescimento significativo, baseado quase exclusivamente na compra de petróleo angolano (VISENTINI; CALICH, 2015).

É, portanto, justamente esse contexto que justifica a relevância acadêmica do estudo aqui proposto. Apesar da entrada em uma nova fase de esmorecimento das relações Brasil-África, o período do governo Lula marcou um salto de produção acadêmica relacionado a essa temática, e os estudos africanistas tiveram um espaço de protagonismo na academia brasileira graças a incentivos estatais advindos das agências financiadoras de pesquisa. Entretanto, o período foi muito curto e, apesar do surgimento de diversos centros de estudos africanos, não houve, de fato, um desenvolvimento na área em termos de produção bibliográfica. Nesse sentido, desenvolver essa pesquisa se mostrou um desafio pelas, muitas vezes, escassas fontes bibliográficas. A primeira justificativa para a realização deste trabalho é fazer um levantamento da bibliografia disponível acerca do tema escolhido através da revisão bibliográfica empreendida aqui.

No tocante ao tema especificamente, cabe primeiro ressaltar que, apesar das potencialidades em termos de crescimento econômico de um número considerável de países africanos, estes ainda possuem altos índices de desigualdade social e má distribuição de renda, que se relacionam em muita medida com o processo de construção estatal. Esse processo é sempre encabeçado por um grupo minoritário, uma elite política. No caso de Angola, o MPLA, vitorioso na luta por independência e na disputa pelo poder com seus rivais FNLA e UNITA, foi o grupo que liderou tal processo, empregando, para isso, seu projeto político. A construção do Estado angolano não é em si o tema desenvolvido neste trabalho, mas compõe uma agenda de pesquisa da autora que pretende estudá-la mais a fundo a partir das ideias construídas e

analisadas aqui. O ponto desta pesquisa específica é entender o MPLA em si para então, futuramente, compreender o funcionamento do Estado angolano através de seu processo de construção.

Em termos metodológicos, há uma íntima relação dos objetivos e hipóteses levantadas com o método aplicado. Há uma parte de pesquisa empírica realizada através de documentos oficiais – a saber os textos constitucionais da República Popular de Angola e, posteriormente, República de Angola – e relatos de membros fundadores ou pessoas próximas coletados e registrados em livros. Conta-se também com uma investigação de dados secundários utilizados através da técnica de revisão bibliográfica, e análise de índices econômicos – tais como PIB, taxa de exportação e taxa de produção de petróleo – e de desenvolvimento humano para observar avanços da economia angolana. Os dados são tratados com o uso de análise qualitativa de conteúdo, sem, portanto, a quantificação das categorias analíticas a serem tratadas.

Por fim, o trabalho se mostra estruturado em três partes. O primeiro capítulo busca dar um panorama do processo de formação do MPLA, a partir das organizações políticas que o antecederam e contribuíram para esse processo, para então inserir o movimento no contexto da luta de libertação nacional, destacando seu papel. Importante destacar que esses dois fenômenos ocorrem em concomitância, mas que por razões didáticas, acredita-se que trabalhá-los em seções distintas facilita a compreensão. Ao final do capítulo, tem-se um breve relato da guerra civil angolana para que o panorama fique completo para o entendimento dos capítulos subsequentes. No segundo capítulo, propõe-se uma análise da trajetória de vida dos quatro principais fundadores do MPLA – Agostinho Neto, Viriato da Cruz, Mário de Andrade e Lúcio Lara – no intento de classificá-los, ou não, como elite revolucionária. Por último, o terceiro capítulo faz um estudo do período do MPLA como governo, iniciando na independência em 1975 e terminando em 2012, quando fecha a primeira década pós-guerra civil. O intuito aqui é analisar as mudanças sofridas no agora partido em relação ao seu projeto político inicial.

2 O MOVIMENTO POPULAR PELA LIBERTAÇÃO DE ANGOLA E A LUTA POR INDEPENDÊNCIA

O presente capítulo se propõe a uma análise do processo de formação do MPLA como movimento nacionalista de contestação ao colonialismo português, e seu engajamento na luta de libertação nacional. A ideia aqui é entender como sua constituição contribuiu para o papel de protagonista que o MPLA exerceu na independência de Angola e, conseqüentemente, garantiu ao movimento condições necessárias para assumir o poder após a conquista da autonomia em relação a Portugal. Cabe ressaltar que o MPLA surgiu de um processo de algumas décadas, através da introdução tímida e gradual das ideias nacionalistas em Angola e foi criado a partir da experiência acumulada da formação de grupos políticos anteriores que compuseram sua origem.

O cenário internacional no qual se insere esse capítulo é o de final da II Guerra Mundial e início da Guerra Fria, período em que há a criação da Organização das Nações Unidas que tem como um dos principais alicerces o princípio do anticolonialismo, defendido, então, pelas superpotências rivais, EUA e União Soviética. Essa conjuntura desencadeou uma série de movimentos nacionalistas nas colônias africanas que reivindicavam independência, sob a influência do crescimento das ideias terceiro-mundistas que culminaram na Conferência de Bandung, em 1955 (M'BOKOLO, 2011). Especificamente no caso de Portugal, a pressão internacional se intensificou acerca de suas possessões coloniais a partir desse ano, quando do seu ingresso³ como membro da ONU, devido à contradição em relação aos princípios da organização (SARAIVA, 1993).

É importante aqui traçar minimamente o quadro interno em Portugal para que se possa compreender melhor o desenrolar do capítulo. A essa altura, o país vivia sob o regime do Estado Novo, comandado por António Salazar, ditador fascista que assumiu o poder em 1926, através de um golpe de Estado. A economia portuguesa era, nesse período, bastante atrasada em relação aos demais países europeus e não contava com uma base industrial que pudesse impulsionar seu desenvolvimento. Para evitar que o país ficasse suscetível a outra crise, Salazar visava tornar Portugal o mais independente possível de investimentos internacionais e empréstimos.

³ Quando questionada acerca da posse de territórios coloniais na África pelo então Secretário-Geral das Nações Unidas, Dag Hammarskjöld, a representação portuguesa respondeu negativamente, argumentando que essas áreas se tratavam de parcelas ultramarinas que integravam o Estado português de forma igualitária ao restante do território português (SARAIVA, 1993).

Dessa forma, toda a autonomia concedida às colônias no período republicano⁴ fora revogada, e, a partir de então, orçamentos e planos de desenvolvimento coloniais somente poderiam ser aprovados por Lisboa, o que contribuiu para aumentar o clima de insatisfação dos povos nas colônias para com as políticas da metrópole (NEWITT, 2007). É nesse ínterim que se fortaleceram os movimentos nacionalistas em Angola, antes incipientes, e que nasceu o Movimento Popular pela Libertação de Angola, o MPLA.

2.1 As origens do MPLA

Não há consenso entre os membros fundadores do MPLA acerca de seu ano de formação. Apesar dos desencontros de informações, é possível afirmar que o MPLA tem raízes na etnia *mbundu*⁵ (SILVA, 2015) e foi criado a partir de um processo que teve início no final dos anos 1920 e início dos anos 1930. Em julho de 1930⁶, foi criada, em Luanda, a Liga Nacional Africana (LNA), uma organização cujo objetivo era propagar uma consciência nacionalista. O controle por parte do Estado português era intensivo em relação a esse tipo de organização, no entanto, a Liga, sob o véu das atividades culturais, recreativas e desportivas que desenvolvia, obteve autorização oficial para seu funcionamento e viveu cerca de 20 anos em um regime de “aparente coexistência pacífica com o governo colonial”, como coloca Rocha (2009, p. 77). Essa postura garantiu não só a existência por si só da LNA, como o repasse de fundos anuais para sua manutenção. Mais ou menos na mesma época, foi criada também a ANANGOLA, a Associação dos Naturais de Angola, que era frequentada por negros, mestiços e alguns brancos. No entanto, desde o princípio, as posições da Associação assumiram um carácter mais reformista e de conformidade com as ações coloniais portuguesas, tendo sido duramente criticada pelos militantes da UPA (União das Populações de Angola), movimento rival de tradição *bakonga*⁷ (ROCHA, 2009).

Em 1950, na esteira dos acontecimentos na arena internacional de contestação ao colonialismo na África e na Ásia, um grupo de jovens angolanos, inspirados pelos fatos e os ideais socialistas, lançam o movimento cultural e político os “Novos Intelectuais de Angola” e

⁴ O período republicano em Portugal vigorou desde 1910 até o golpe que colocou Salazar no poder, em 1926 (FERREIRA, 1974).

⁵ Os *mbundu* eram maioria nos centros urbanos e tiveram mais contato com os portugueses, compondo boa parte da classe dos “assimilados” (SILVA, 2015).

⁶ Também não há consenso sobre esse dado. Alguns relatos apontam a criação da Liga em fevereiro de 1920, outros falam em 1929 (ROCHA, 2009).

⁷ Essa etnia se concentra geograficamente ao norte de Angola, muito próxima da fronteira com a República Democrática do Congo, compartilhando com o povo desse território sua ancestralidade (SILVA, 2015).

assumem, aos poucos, a frente na Liga, dando a ela um protagonismo importante e uma nova orientação que confrontava as autoridades coloniais. Apesar do crescente protagonismo desses jovens de ideais nacionalistas e marxistas, ditos como mais radicais dentro da Liga, havia também outros dois grupos que se opunham a eles: de um lado, a aristocracia angolana, os criadores da organização que agiam de maneira bastante conservadora em relação à luta por independência, mantendo diálogos e compromissos com o poder colonial; e de outro, o grupo dos “assimilados⁸ de fato” (ROCHA, 2009).

Em Portugal, no mesmo espírito nacionalista incipiente, foram criados a Casa dos Estudantes do Império (CEI), o Centro de Estudos Africanos e o Clube Marítimo Africano. A CEI nasceu em meados dos anos 1940, a partir da Casa dos Estudantes Angolanos, uma iniciativa de estudantes angolanos, em sua maioria filhos de colonos importantes ou altos funcionários da administração colonial, que logo ganhou apoio financeiro do governo português, na tentativa de controlar o movimento, transformando-se, então, em um organismo mais amplo. Os principais frequentadores da Casa que serão nomes importantes do processo de libertação nacional em Angola são: Lúcio Lara, Agostinho Neto, Fernando Mourão, Marcelino dos Santos, Mário de Andrade, Edmundo Rocha, entre outros (ROCHA, 2009).

O período de 1954 a 1961 foi marcado, apesar das iniciativas governamentais, por um processo de africanização da Casa. A CEI passa, então, a se aproximar dos ideais libertadores, impulsionados pela nova geração de estudantes que entra na Casa – a Nova Vaga –, contribuindo de forma decisiva para o crescimento dos movimentos nacionalistas nas colônias portuguesas na África. Esse processo vai mostrar aos membros da Casa a necessidade de organização e prática antifascista e anticolonialista, levando a criação de duas estruturas políticas: o Movimento Anticolonial (MAC) e o Movimento dos Estudantes Angolanos (MEA). A organização vai encerrar suas atividades em 1965, por imposição do governo português, que anos antes já havia decidido suspender a ajuda financeira que repassava (ROCHA, 2009). A essa altura, já haviam sido criados centros de estudos superiores em Angola e Moçambique, diminuindo consideravelmente o número de estudantes na metrópole. Ademais, as movimentações na Casa já haviam perdido sua intensidade também com a fuga dos estudantes, em junho de 1961, o que esvaziou a associação e, de certa forma, enfraqueceu a corrente nacionalista progressista em Portugal (BITTENCOURT, 1997).

⁸ Os assimilados são um grupo de africanos, principalmente das zonas urbanas onde se concentra a administração colonial, que tem grande interação com os portugueses e são aceitos por eles, até certo ponto, em seus meios. A ideia de assimilação implica numa adoção, por parte dos africanos, da lei comum e da conduta aos moldes do colonizador, isto é, não há, no assimilado, interpenetração cultural, apenas a incorporação de uma cultura que não é a sua de origem (BITTENCOURT, 2000).

Por outro lado, formou-se também uma associação de carácter distinto, composta por trabalhadores e não estudantes: o Clube Marítimo Africano. Criado em 1954, o Clube tem origem remota, ainda no século XV, quando africanos foram levados para Portugal sob regime de escravidão para trabalhar nas produções agrícolas e em casas de nobres. Boa parte desses africanos jamais conseguiram voltar a sua terra, fixando-se em Portugal. Na tentativa de defenderem uma condição mínima para sua sobrevivência, esses africanos sempre procuraram estabelecer associações tímidas com finalidades recreativas, religiosas e culturais. O clube também nasceu sob essa pretensão e teve sua criação encabeçada por Humberto Machado, irmão mais novo de Ilídio Machado – dirigente da LNA – e Raul Francisco Caterça, e sua ideia seria promover trocas desses trabalhadores com os estudantes protagonistas da luta anticolonial em Lisboa. Foi graças aos marítimos do clube que se mantiveram abertos importantes canais de comunicação com os grupos nacionalistas em Luanda quando do eclodir da luta armada. Sobre isso, Rocha (2009) escreveu:

Os jovens trabalhadores e estudantes africanos assumiam os mesmos valores e exprimiam-se pela mesma linguagem que os seus patrícios no Movimento anticolonialista, no Movimento dos Estudantes Angolanos em Portugal, ou na Liga Nacional Africana e na Anagola, no Movimento para Independência de Angola, em Luanda. Faziam todos parte da mesma família nacionalista marxista, com matizes diferentes, certo, que ainda hoje se reclamam do amplo movimento popular de libertação de Angola, lançado pelo Manifesto de 1956. Essa corrente ideológica nacionalista e marxista, que adoptou nomes e expressões diversas ao longo da história atribulada do nacionalismo angolano, convergiu no MPLA, o qual conduziria Angola à independência vinte anos mais tarde (ROCHA, 2009, p. 100).

Do ponto de vista propriamente político, aponta-se o Partido Comunista Angolano (PCA)⁹ como um dos embriões diretos do MPLA. O partido foi criado, em 1955, por Ilídio Machado e Viriato da Cruz, para lançar as bases da luta pela autodeterminação e independência de Angola e dos povos africanos em geral. Como o próprio nome sugere, os ideais marxistas perpassavam os princípios do partido, que buscava alicerçar sua batalha nas massas populares. No entanto, os nacionalistas angolanos, em sua maioria, não eram adeptos do marxismo, o que tornou difícil a popularização do PCA. Assim, instituiu-se o PLUAA (Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola), cujas informações também parecem controversas entre os

⁹ É importante destacar que o PCA não se tratava de uma simples célula de atuação do Partido Comunista Português em Angola, mas sim de uma instituição política autônoma, com objetivos próprios e condizentes com sua realidade (MBAH, 2010).

nacionalistas angolanos da época. O que se sente como consenso entre eles é o fato de o partido ter surgido como uma alternativa para atrair as massas nacionalistas que eram contrárias aos ideais do PCA. Os dois partidos aqui referidos constituíam, portanto, duas forças políticas distintas, mas que ao fim foram unidas – juntamente a outros grupos – para constituir o MPLA. A necessidade de uma luta política organizada para que se lograsse a independência levou os dirigentes de ambos os grupos a publicarem um documento, em dezembro de 1956, que tempos depois seria intitulado de “Manifesto do MPLA” (MBAH, 2010).

Além desses dois partidos supracitados, contribuiu para a formação do MPLA uma outra associação, formada, em 1957, por um grupo de jovens militantes decepcionados com os rumos que a LNA havia tomado – a saber Ilídio Machado, Higinio Aires de Sousa, André Franco de Sousa e Matias Miguéis. Esses jovens criaram, então, o Movimento para a Independência de Angola (MIA), uma organização que buscou dialogar com as populações negras dos bairros mais pobres de Luanda, que se sentiam reticentes em apoiar movimentos encabeçados por angolanos brancos. Contudo, em 1958, com a vitória do partido salazarista nas eleições presidenciais em Portugal, um sentimento de frustração tomou conta dos nacionalistas angolanos que acreditavam no possível êxito da oposição. É nesse cenário que se opta pela radicalização total dos movimentos nacionalistas, e cria-se o Movimento de Libertação de Angola (MLA), por iniciativa de alguns mestiços e negros “assimilados” (MBAH, 2010).

No ano seguinte, o MLA se junta ao Movimento de Libertação Nacional (MLN), dando origem ao Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA). Os militantes do MINA se lançaram em incursões no interior de Angola e buscaram reorganizar a luta nacionalista no território. O MINA não contava, no entanto, com organização política e ideológica, o que poderia pôr em risco a sua sobrevivência enquanto movimento. Agostinho Neto é, então, convidado a compor a direção do MINA, tendo-se, a partir daí, a concretização do projeto de unificação das organizações nacionalistas angolanas, adotando-se a sigla MPLA. Como aponta Mbah (2010), “o argumento avançado era pertinente: o MPLA já era conhecido no estrangeiro como representante da luta do povo angolano” (MBAH, 2010, p. 110). Abaixo, uma tabela ilustrativa desse processo busca facilitar a compreensão do cenário de formação do MPLA.

Tabela 1 – Organizações que contribuíram para a formação do MPLA

Organização	Ano de fundação	Principal região de atuação
Liga Nacional Africana	Final dos anos 1930	Luanda
ANANGOLA	Final dos anos 1930	Luanda
Casa dos Estudantes Angolanos	1943	Lisboa
CEI	1944	Lisboa e Coimbra
Centro de Estudos Africanos		Lisboa e Coimbra
Clube Marítimo Africano	1954	Lisboa
PCA	1955	Luanda
PLUAA	1955	Luanda
MAC	1957	Europa
MIA	1957	Luanda
MLN	1957	Luanda
MLA	1958	Luanda
MEA	1959	Lisboa
MINA	1959	Luanda

FONTE: ROCHA, 2009 (Elaboração própria)

O MPLA é, portanto, resultado de uma conjunção de organizações clandestinas e semiclandestinas que o antecederam, cujos grandes nomes de fundação são Agostinho Neto, Viriato da Cruz, Mário de Andrade e Lúcio Lara. E embora seja intuitivo pensar, o movimento não nasceu apenas a partir do núcleo de Luanda, ainda que esse tenha sido o mais representativo ao longo do processo. Segundo o próprio Agostinho Neto¹⁰ (*apud* FREITAS, 1975), o MPLA surgiu de maneira simultânea em vários pontos do território angolano através do desenvolvimento de atividades culturais e educativas, da mesma forma como ocorreu a conscientização dos africanos residentes em Portugal anos antes, conforme apontamos aqui.

Ademais, o MPLA modificou essencialmente os traços que o movimento revolucionário vinha apresentando até então, na medida em que se preocupou em sair dos centros urbanos e conquistar o apoio dos camponeses das áreas rurais, comumente marginalizadas, os quais serão

¹⁰ Entrevista com Amadeu José de Freitas.

de fato o motor do processo de libertação nacional. Conforme coloca o ex-ministro do Planejamento e das Finanças do governo Neto, Saydi Mingas, 85% da população angolana a essa época era composta por camponeses, ou seja, fechar os olhos para essa parcela extremamente representativa da sociedade, seria ausentar-se do verdadeiro debate sobre o sistema de exploração mantido pela metrópole (MINGAS¹¹ *apud* FREITAS, 1975). Mais adiante, buscaremos ampliar essa discussão acerca das características do movimento que foram mantidas ao longo de sua trajetória, não só na luta de libertação nacional, mas durante a guerra civil (de 1975 a 2002) e atualmente.

2.2 A Luta de Libertação Nacional em Angola e o papel do MPLA

O processo de independência em Angola foi marcado pela disputa do MPLA com outros dois grupos nacionalistas, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) que defendiam projetos distintos de luta contra o colonialismo português e de construção do Estado angolano (VISENTINI, 2007). De forma resumida, a FNLA, liderada por Holden Roberto, tem procedência na etnia bakongo e nasceu no Norte de Angola, próximo ao Congo Belga, da junção de duas organizações políticas anteriores, a União das Populações de Angola (UPA) e o Partido Democrático Angolano (PDA) (ROCHA, 2009). A UPA, o principal grupo político que deu origem à FNLA, teve sua atuação muito limitada à região do Norte de Angola e da fronteira com o Congo e procurou nutrir, ao longo do processo de libertação nacional, uma hostilidade profunda para com os líderes do MPLA. Suas ações mais incisivas foram, dessa forma, tentativas de evitar que se perdesse espaço de atuação para o movimento rival na região que controlavam (DAVIDSON, 1969¹² *apud* FREITAS, 1975).

Já a UNITA nasceu em 1966 em consequência de uma cisão com a FNLA, dois anos antes (HODGES, 2002). Não havia acordo entre Jonas Savimbi, que se tornaria líder dessa nova organização política, e outros membros da FNLA acerca da orientação política da Frente coordenada por Holden Roberto. De acordo com José N'Dele, em depoimento registrado por Freitas (1975), a ideia desse novo grupo que surgia era de buscar unificar a luta de libertação nacional e amenizar as rivalidades existentes entre os outros dois movimentos nacionalistas. Dessa forma, pensou-se na criação de um terceiro partido político próprio, afim de criar uma certa pressão para que a FNLA e o MPLA se sentissem compelidos a colaborar e fazer

¹¹ Entrevista com Amadeu José de Freitas.

¹² DAVIDSON, Basil. *The Africans: an entry to cultural History*. London: Longmans, 1969.

Retomando o processo de libertação nacional, cabe ressaltar que desde o princípio da dominação portuguesa no território angolano houve contestação por parte dos diferentes povos às regras impostas pela administração metropolitana. A região norte, onde se concentra a etnia *bakongo* e onde as relações de Portugal já haviam sido estabelecidas no século XV com o Reino Kongo, foi cenário da disseminação de focos de resistência colonial e de organização de um incipiente movimento nacionalista espontâneo (SILVEIRA, 2011). Contudo, a luta armada propriamente, que é o foco deste estudo proposto, eclodiu em 1961 quando a (ainda) UPA e o MPLA irromperam ações violentas contra a administração colonial, utilizando-se de táticas de guerrilha (BITTENCOURT, 2011). Os portugueses já esperavam, contudo, uma ação violenta por parte das organizações nacionalistas e, portanto, não se surpreenderam com as rebeliões. É importante apontar também que não houve um movimento centralizado e coordenado em uma única região, irrompendo-se diferentes conflitos localizados por motivações particulares (PÉLISSIER, 2016).

Na região de Luanda, o ano de 1959 foi de grande mobilização política dentro da LNA, da ANANGOLA e dos musseques¹⁵ em Luanda. A proliferação de grupos nacionalistas e de suas atividades acabou facilitando o trabalho dos agentes infiltrados da PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), órgão de repressão do governo português salazarista. Dessa forma, em junho desse ano, é lançada uma ofensiva contra esses grupos que chegou a prender cerca de 40 dirigentes e militantes¹⁶, dentre eles angolanos e portugueses. É também nesse mesmo ano que Agostinho Neto retorna a Luanda, depois de seu período cursando medicina em Portugal. Sua chegada foi recebida com grande expectativa por parte tanto de seus companheiros de luta como pelos agentes da PIDE (ROCHA, 2009). Contudo, já no ano seguinte, Neto é preso juntamente com outros militantes em uma manifestação anticolonialista na região de Catete (SOMERVILLE, 1986). Dessa forma, esse é o cenário que se desenhou para que em 1961 houvesse o início de fato da luta armada contra o colonialismo português. Como apontam Zotov e Malikh (1990), os nacionalistas estavam convictos de que somente através das armas seria possível trazer a independência para Angola (ZOTOV; MALIKH, 1990).

Na região norte, mais precisamente na Baixa do Cassange, no distrito de Malange, iniciou-se um levante que ficou conhecido como “revolta do algodão” e durou entre 1960 e 1961. A revolta teve início com a insatisfação por parte da população local com as regras

¹⁵ Musseques são assentamentos informais comuns à zona periférica de Luanda.

¹⁶ É importante ressaltar que, nos registros da PIDE sobre os presos, não há qualquer menção ao MPLA, mas a outras organizações nacionalistas, como o MIA, o MLA e o MLN (ROCHA, 2009).

impostas para o cultivo de algodão, o qual era controlado por uma empresa que detinha o monopólio da produção, a COTTONANG. Segundo a companhia, os produtores eram obrigados a vender toda sua colheita por um preço pré-estabelecido e abaixo do preço do mercado mundial, e, em algumas regiões específicas, tinham que negligenciar a produção de subsistência em detrimento do algodão. O governo português, por sua vez, tratou de repreender violentamente a rebelião de forma a sufocá-la. Aos trabalhadores da Baixa do Cassange, faltaram armas e líderes capazes de coordenar a ação. Inclusive, não há provas suficientes para se dizer que houve algum grau de influência direta ou indireta das ideias tanto do MPLA como da UPA no levante (MC VEIGH, 1965¹⁷ *apud* FREITAS, 1975; PÉLISSIER, 2016).

Por seu turno, em Luanda, em 4 de fevereiro de 1961, supostamente cerca de 500 homens do MPLA se dirigiram à prisão São Paulo (a principal de Luanda), na tentativa de libertar seus companheiros que haviam sido presos e seriam encaminhados para o campo de concentração do Tarrafal. No entanto, a falta de experiência e preparação das forças nacionalistas tornaram o plano frustrado, acabando com mais de 100 mortos (ZOTOV; MALIKH, 1990). Não se sabe ao certo qual foi o nível de atuação das lideranças do MPLA na organização deste levante, na medida em que as informações são discordantes. Em entrevista a Pimenta (2011), Adolfo Maria, ex-integrante do MPLA e agente na luta nacionalista contra o colonialismo português, afirma:

Embora o MPLA tenha vindo reclamar no exterior a sua autoria e ter feito desse acontecimento uma data emblemática para o movimento, tida como o desencadear da luta armada em Angola, tudo indica que foi uma ação local, concebida e posta em prática por nacionalistas residentes em Luanda. (MÁRIA, 2003¹⁸ *apud* PIMENTA, 2011, p. 49).

Nessa linha, Saydi Mingas abordou em depoimento a Freitas (1975) que a ação de 4 de fevereiro em Luanda contou, sim, com um plano de execução elaborado por lideranças do movimento, mas que a base do processo foi garantida pela ação dos trabalhadores luandenses: “Se observármos a reação do nosso povo podemos dizer que o levantamento foi espontâneo o que provocou, depois, uma tremenda e dramática onda de repressão. (...) Não há dúvida, porém, de uma coisa: o 4 de fevereiro foi planeado” (MINGAS¹⁹ *apud* FREITAS, 1975).

Para além desse debate sobre a atuação do MPLA, o que se sabe ao certo é que muitos policiais brancos também foram mortos e feridos na emboscada, o que gerou um clima de

¹⁷ MC VEIGH, Malcom. Deux témoignages du Révérend Malcolm Mc Veigh, de la mission de l’Eglise Méthodiste Américaine. **Présence Africaine**. França, v. 42 n. 3, p. 186-198, jul-set, 1962.

¹⁸ Entrevista realizada em fevereiro de 2003 com Fernando Tavares Pimenta em Lisboa.

¹⁹ Entrevista com Amadeu José de Freitas.

revolta e ódio por parte da população branca de Luanda. Nos dias subsequentes à invasão de São Paulo, houve perseguição e morte aos angolanos residentes nos musseques (FREITAS, 1975). A PIDE, por sua vez, levou diversos prisioneiros a interrogatório e prendeu outros ativistas políticos que ainda estavam livres. Do lado dos angolanos, em resposta, adotou-se a postura de buscar radicalizar ainda mais as ações para chamar a atenção da opinião pública internacional²⁰: “Em Luanda, em Fevereiro de 1961, os portugueses foram confrontados com uma população que não somente tinha falta de armas, mas que também estava pouco inclinada para morrer” (PÉLISSIER, 2016, p.253).

Esse cenário, somado às tentativas frustradas de se promover a unidade entre os movimentos nacionalistas, desenhava-se de forma favorável aos esforços portugueses de conter seus avanços. Dessa forma, estruturou-se uma estratégia militar que buscava a manutenção do império colonial e envolvia não apenas a esfera da ação militar, mas também o desenvolvimento socioeconômico do território ultramarino e o trabalho diplomático de modo a distanciar a população local dos debates e ações de guerrilha (SILVEIRA, 2011). Nas zonas rurais, o governo português aumentou suas forças militares e introduziu reformas capazes de convencer a opinião pública internacional de que se estava aplicando mudanças importantes no gerenciamento da colônia. As mudanças, no entanto, não foram bem aceitas nem pelo MPLA nem pela UPA. Além disso, foram criados aldeamentos nas zonas rurais de Angola para onde eram removidos os camponeses de forma obrigatória por parte da administração colonial, de modo a garantir um maior controle sobre as ações rebeldes (SOMERVILLE, 1986). Sobre esses aldeamentos, Gerald Bender²¹ (1980 *apud* SILVEIRA, 2011) escreveu:

Os aldeamentos eram vastas aldeias organizadas por militares, muitas vezes rodeadas de arame farpado, onde se agrupavam os africanos anteriormente dispersos. Ostensivamente, as funções primordiais destes reordenamentos estratégicos eram de fornecer uma defesa local organizada contra os ataques e impedir o avanço da infiltração e da mobilização entre os camponeses não combatentes. Outro tipo de reagrupamento, reordenamento rural, ocorreu na maior parte de Angola, fora das zonas de combate. Geralmente sob a responsabilidade do Governo Civil (...) tinha o propósito manifesto mais de promover o desenvolvimento económico e social do que servir de postos militares avançados contra os ataques. Essencialmente, ambos os esquemas de reordenamento agrupavam africanos anteriormente dispersos em vastas aldeias organizadas ao longo das estradas que eram regularmente patrulhadas pelos militares. (...). O controlo da população foi ainda intensificado em cada reordenamento através do estabelecimento de uma rede de espões e informadores que eram coagidos ou recrutados entre os camponeses pela polícia secreta. Os informadores estavam isentos do pagamento de impostos e recebiam um pequeno pagamento mensal ou eram remunerados segundo a importância da informação que

²⁰ Não se sabe ao certo de quem partiu a iniciativa, se foi do próprio MPLA, de membros da oposição europeia ao governo de Salazar ou de outros líderes (PÉLISSIER, 2009).

²¹ BENDER, Gerald. Angola sob o domínio português – mito ou realidade. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

forneçiam. Os indivíduos considerados suspeitos ou denunciados como cooperando com os guerrilheiros eram frequentemente espancados em público como uma lição para os outros (...). O controlo da população africana — o principal objetivo do reordenamento — foi tentado através da interação de uma variedade de métodos, tais como a restrição e a regulação dos seus movimentos, a criação de uma rede de espias e informadores, violência e difusão da desconfiança entre os camponeses e entre estes e os nacionalistas (BENDER, 1980:233 *apud* SILVEIRA, 2011, p. 101-102).

A essa altura, o MPLA vivia uma situação preocupante com Agostinho Neto preso em Cabo Verde²², Viriato da Cruz e Mário de Andrade refugiados em Conacri. Ou seja, as grandes lideranças do movimento estavam impossibilitadas de coordenar novas ações (FREITAS, 1975). Ao mesmo tempo, as tensões com a UPA se acentuaram: também em 1961, um grupo de guerrilheiros foi enviado pelo MPLA para se infiltrar no Norte de Angola através do Congo. No entanto, quando descobertos pelas forças da UPA, Holden Roberto enviou uma ordem para matá-los, negando as acusações²³ posteriores dos líderes do movimento rival (SOMERVILLE, 1986).

Em 1962, uma conferência do MPLA foi organizada em Léopoldville, na qual Agostinho Neto, que se encontrava lá refugiado, foi eleito presidente do movimento, após Mário de Andrade ter desistido do cargo. Entretanto, o estilo de liderança de Neto não agradava a Viriato da Cruz, então secretário-geral, criando-se uma cisão que deu origem a duas facções dentro do grupo, cada qual apoiando a um dos líderes. Em julho de 1963, os membros optaram pela expulsão de da Cruz da organização, contribuindo ainda mais para seu enfraquecimento. Por outro lado, a falta de unidade dentro do MPLA também repercutiu externamente, e a missão da Organização da Unidade Africana ²⁴ recomendou ao seu Conselho de Ministros – o qual acatou a recomendação – que se reconhecesse o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), ligado à UPA e chefiado por Holden Roberto, como única força libertadora legítima de Angola (SOMERVILLE, 1986).

Meses depois, Neto e Lúcio Lara acabaram presos em Léopoldville, sendo expulsos do Congo, por articulação de Holden Roberto. Buscaram, então, refúgio no Congo Brazaville, onde se instalaram e, em 1964, realizaram uma conferência com objetivo de reparar os erros anteriores, preparar o MPLA para se reafirmar no cenário internacional e angariar parcerias importantes. Para vencer a luta contra os portugueses, era preciso concentrar os esforços por

²² Desde que foi preso, em 1960, depois da manifestação em Catete, a qual já nos referimos, Neto foi enviado primeiramente para Lisboa, depois para Cabo Verde e, por fim, novamente para Lisboa, de onde escapou em 1962, refugiando-se em Léopoldville (SOMERVILLE, 1986).

²³ Apenas em 1963, Roberto vai assumir a culpa pela ação (SOMERVILLE, 1986).

²⁴ A Organização da Unidade Africana foi criada em 1963 pelos líderes africanos que lutavam pelo fim da dominação europeia no continente com o objetivo de fortalecer e unificar essa luta sob os princípios do pan-africanismo (OPPERMANN, *et al*, 2016).

unidade nacional e mobilizar ativamente as massas camponesas ao longo do território angolano. Foi a partir dessa reunião que começou a chegar em Angola ajuda militar por parte da União Soviética e da Tchecoslováquia. O esforço para sua reorganização rendeu bons frutos ao movimento comandado por Neto, e as operações militares em Cabinda e tentativas de reforço para as unidades em Dembos foram bem-sucedidas. Ademais, aos poucos, o MPLA conseguiu estabelecer um controle sólido sobre as regiões rurais das províncias de Moxico, Luanda e Cuando-Cubango. (SOMERVILLE, 1986; ZOTOV; MALIKH, 1990).

Com a repercussão da reestruturação do movimento, Agostinho Neto acabou conhecendo Che Guevara em Brazaville, e, a partir de então, o movimento passou a receber também assistência do governo revolucionário de Cuba. O MPLA também soube articular parcerias importantes com seus vizinhos africanos, as quais permitiram a abertura de novas frentes de batalha: o apoio de Zâmbia e Tanzânia foram essenciais para que o grupo pudesse abrir uma frente de resistência colonial na Província de Moxico, a partir de 1965. Todas as armas utilizadas nessa região eram transportadas pelo MPLA através das fronteiras desses dois parceiros estratégicos. O período entre 1966 e 1970 ficou, dessa forma, marcado como ponto alto da efetividade militar do movimento comandado por Neto contra a dominação portuguesa (MBAH, 2010; SOMERVILLE, 1986). Por seu turno, o movimento comandado por Holden Roberto também buscou articular parcerias externas, tendo estreitado laços, através do GRAE, com a República Popular da China (SILVEIRA, 2011).

A intensificação das atividades promovidas pelos movimentos nacionalistas, que a essa altura já eram três, contribuiu para a estruturação de uma resposta portuguesa que foi denominada de “Operação Átila”, direcionada para as regiões orientais no período entre 1972 e 1973. Como colocam Zotov e Malikh (1990), entretanto, “os colonizadores não conseguiram arrancar a iniciativa das mãos do MPLA, porém, o movimento não pôde alargar, durante muito tempo, a luta armada às regiões do Norte e do Centro” (ZOTOV; MALIKH, 1990: 134). Dessa forma, em 1974, a guerra colonial em Angola havia atingido um impasse, na medida em que continuava restrita a áreas afastadas e fronteiriças, longe das zonas urbanas (WHEELER, 2016).

Por outro lado, o regime fascista salazarista já vinha dando sinais constantes de desgaste, e a insatisfação era crescente na metrópole. Assim, a 25 de abril de 1974, um novo golpe de Estado que ficou conhecido como Revolução dos Cravos pôe fim ao governo de Marcello Caetano, que assumira com a morte de Salazar em 1970 (VISENTINI, 2007). Segundo Wheeler (2016), o cessar-fogo entre as forças portuguesas e as nacionalistas seria negociado em etapas, tendo primeiro assinado a UNITA, seguida do MPLA e da FNLA. Havia ainda dentro da nova cúpula metropolitana divergências acerca da atitude que deveria ser tomada frente às colônias,

sendo a independência total e imediata defendida pelo grupo de oficiais mais jovens e radicais do Movimento das Forças Armadas. O Acordo de Alvor foi, então, assinado apenas em 15 de janeiro de 1975, fixando a data de 11 de novembro deste ano para independência oficial (WHEELER, 2016).

Pelo acordo, o alto-comissariado português deteria controle sobre o território até a independência em novembro daquele ano. No entanto, os problemas internos de Portugal o impediram de garantir uma transição pacífica para um novo governo angolano, frente às hostilidades persistentes e velhas conhecidas entre os movimentos nacionalistas. Assim, em março e abril, tem-se o início dos conflitos armados entre MPLA e FNLA (WHEELER, 2016). Ao mesmo tempo, as articulações com parceiros externos continuam, e o MPLA volta a receber suprimentos de armas da União Soviética (SOMERVILLE, 1986). Enquanto isso, a China, que havia rompido suas relações com o Estado soviético, estreita seus laços com os dirigentes da FNLA e da UNITA, iniciando um programa de ajuda militar (GEORGE, 2005).

Em novembro de 1975, o MPLA proclama, então, uma república popular a partir dos territórios que controlava de forma a garantir seu objetivo de assumir o governo em Angola, e em resposta ao crescimento das investidas da África do Sul²⁵ ao sul de Angola²⁶, em apoio à UNITA e à FNLA, e do Zaire ao norte, em favor da FNLA (HODGES, 2002). Por seu turno, o movimento de Agostinho Neto volta a receber ajuda militar de Cuba, que envia milhares de soldados para Angola a partir de outubro de 1975, dando início à “Operação Carlota”. Como aponta George (2005), as ofensivas militares lançadas por Cuba e África do Sul colocam a região da África Austral no epicentro do conflito da Guerra Fria, garantindo a cada um dos grupos nacionalistas angolanos uma força *proxy* (GEORGE, 2005). Esses conflitos vão, assim, escalar para um longo processo de guerra civil, conforme veremos brevemente a seguir.

2.3 Os efeitos desastrosos do colonialismo português: um breve relato da guerra civil angolana (1975-2002)

A escalada rápida de uma guerra civil foi consequência dessas rivalidades já instaladas e instigadas em Angola antes mesmo do processo de independência de fato, como vimos na seção anterior. Ao longo do conflito, que se estendeu até 2002, houve momentos de

²⁵ A essa época, a África do Sul já vivia sob o regime do *apartheid*, um sistema de segregação racial institucionalizado pelo governo que perdurou entre 1948 e 1994. Em consequência disso, o Estado sul-africano foi alvo de diversas sanções por parte da comunidade internacional que se utilizaram dessa ferramenta como forma de constranger o governo e fazê-lo recuar em sua política (BAUER, TAYLOR, 2011).

²⁶ A investida militar sul-africana no sul de Angola foi denominada “Operação Savana” (GEORGE, 2005).

esmorecimento das hostilidades, principalmente em 1992 e 1994, em que ocorreram tentativas de acordos de paz as quais terminaram frustradas (BAUER, TAYLOR, 2011). Além disso, é importante pontuar que durante esse processo, a FNLA de Holden Roberto vai perdendo aos poucos seu papel de protagonismo, dissolvendo-se como grupo armado e abrindo espaço para a UNITA se destacar como principal inimigo do movimento liderado por Agostinho Neto (SILVA, 2008).

Como aponta José (2008), quatro fatores principais incidiram para a instauração do conflito em Angola, quais sejam: (i) os projetos distintos de Estado angolano; (ii) os recursos naturais disponíveis no território, de forma que era determinante garantir o controle sobre eles; (iii) a postura tendenciosa de Portugal na elaboração das negociações para a independência, reunidos no Acordo de Alvor; e (iv) a inserção desse recém-nascido Estado na dinâmica bipolar da guerra fria através das parcerias estratégicas que os grupos traçaram não só com as grandes superpotências, Estados Unidos e União Soviética, mas também com a China maoísta (JOSÉ, 2008). Esse último fator será, como veremos adiante, fundamental para o prolongamento do conflito, ainda que também seja importante apontar o papel da herança colonial no processo de surgimento e aprofundamento dessas rivalidades.

Apesar de a FNLA ter recebido apoio do Zaire (hoje RDC) desde o começo, os EUA foram o primeiro agente a se envolver de fato no conflito, enviando trezentos milhões de dólares para a organização de Holden Roberto, em janeiro de 1975. Pouco tempo depois, o MPLA passou a receber armas e equipamentos de países do leste europeu e assistência militar do exército cubano. Ao final de julho, o MPLA estabeleceu seu domínio sobre Luanda e arredores, expulsando as forças da FNLA da região. A essa época, tropas sul-africanas – ao lado da UNITA – e cubanas já estavam envolvidas no conflito, enquanto os EUA enviavam nova remessa de dinheiro com o objetivo de travar os avanços do MPLA e do bloco soviético na região da África Austral. Dessa forma, logo ficava subentendido que o Acordo de Alvor não seria respeitado, e que o governo de transição jamais existiria de fato. E a isso também se deve a incapacidade e a falta de interesse de Portugal em estabelecer o cumprimento do tratado, dada sua fragilidade interna, que propiciaram o ambiente conflituoso e abriram caminho para essas ações externas. Ainda assim, vendo a escalada do conflito que se desenhava, o alto-comissariado português em Angola assumiu os postos executivos, sem, no entanto, impedir que o MPLA controlasse a administração local, beneficiando-se das receitas obtidas pelos impostos. Ou seja, o MPLA estava aparelhado em relação aos demais grupos (BAUER, TAYLOR, 2011; WHEELER, 2016).

Em 11 de novembro de 1975, dia da independência angolana, o alto-comissariado declarou que estava entregando o poder ao povo angolano – algo inédito nos processos de independência no continente africano. Entretanto, o iminente conflito civil que se anunciava levou à retirada dos oficiais portugueses de Angola, que retornaram a Portugal, recusando-se a entregar o poder para qualquer um dos três movimentos. O MPLA, centralizado em Luanda e, logo, aparelhado pelo que foi deixado da administração colonial, logrou vitórias importantes no primeiro período de guerra, afastando a FNLA e a UNITA de sua zona de influência com auxílio de seus parceiros externos. Os rivais, por seu turno, haviam perdido o apoio chinês, ao mesmo tempo que os EUA recuavam significativamente em suas ações no território angolano por desdobramentos de sua política interna, e a África do Sul recuava para a Namíbia em resposta às pressões internas e internacionais que vinha sofrendo (WHEELER, 2016).

Assim, os anos 1980 trouxeram desdobramentos importantes para a guerra civil em Angola, a começar pela morte de Agostinho Neto em 1979, em uma visita oficial a Moscou, sendo sucedido por José Eduardo dos Santos – presidente ainda hoje (SOMERVILLE, 1986). Em 1986, o governo de Washington mandou vinte e cinco milhões de dólares para a UNITA abertamente, ao mesmo tempo em que a África do Sul declarava seu apoio às forças de Jonas Savimbi. Já um ano antes, por sua vez, o MPLA contava com quarenta mil soldados cubanos em território angolano, além do suporte técnico e material enviado pela União Soviética. O ponto de virada contra avanço da UNITA se deu em 1988, quando da vitória das forças do MPLA em conjunto com as tropas cubanas sobre a UNITA e a África do Sul na batalha de Cuito Cuanavale²⁷, uma região ao sul de Angola, que permitiu a retomada do controle dessa área pelo governo (BAUER, TAYLOR, 2011).

Incoerentemente com todos esses esforços, os atores externos presentes no conflito em Angola também buscaram alternativas de pôr fim a ele ao final dos anos 1980. As sanções econômicas sofridas pela África do Sul e as agitações internas geram danos a sua economia, os quais também foram elemento importante no fenômeno que levou à dissolução da União Soviética. Sem seu mais importante rival em jogo, Washington não vê mais interesse em enviar auxílio à UNITA e retira seu apoio (BAUER, TAYLOR, 2011). A partir desse cenário, começaram a se desenhar as primeiras tentativas de cessar-fogo, que se iniciaram com os Acordos de Nova Iorque, assinados na sede da ONU em 22 de dezembro de 1988, envolvendo

²⁷ A Batalha de Cuito Cuanavale eclodiu como resultado dos confrontos anteriores entre cubanos e sul-africanos, ambos forças *proxy* na guerra civil angolana, e se tornou o segundo maior conflito militar do continente africano. A batalha teve início em novembro de 1987 e estendeu-se até março do ano seguinte, terminando com a vitória das forças cubanas que apoiavam o MPLA (GEORGE, 2005).

Angola, Cuba, África do Sul e Namíbia (que se envolvera indiretamente no conflito devido a sua posição geográfica utilizada pela África do Sul para chegar a Angola), com observação de EUA e União Soviética. Os acordos se dividiram em duas partes: uma delas que dizia respeito a Angola, Cuba e África do Sul, pedindo a retirada imediata das tropas cubanas e sul-africanas do território angolano; e a outra que garantia a independência da Namíbia²⁸. Além disso, foi criado daí a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM I) que fiscalizaria a retirada das tropas cubanas (JOSÉ, 2008).

Em maio de 1991, é assinado o Acordo de Bicesse, em Portugal, entre os representantes da UNITA e do MPLA, sob observação de novo de EUA, União Soviética e agora Portugal e fiscalização da UNAVEM II denominada pela ONU. Esse novo acordo estabelecia um cessar-fogo imediato e a congregação do braço militar da UNITA na composição do exército nacional angolano. Além disso, o acordo também demandou o estabelecimento de uma nova lei partidária, permitindo a criação de novos partidos – como será melhor trabalhado mais adiante –, e a convocação de eleições gerais. Esse processo seria supervisionado pela UNAVEM II, e as eleições deveriam ocorrer entre os dias 29 e 30 de setembro de 1992 (JOSÉ, 2008). O resultado das eleições, que deu vitória novamente a José Eduardo dos Santos, foram, entretanto contestados por Savimbi, que retomou os ataques por parte do movimento que liderava (BAUER, TAYLOR, 2011).

Wheeler (2016) aponta quatro fatores que foram decisivos para a falha na missão da UNAVEM II que abriu caminho para a nova onda de violência em Angola: a falta de meios adequados para o cumprimento do objetivo; o pouco tempo que foi designado para tal, dado o tamanho do território e as dificuldades logísticas; o não estabelecimento de uma força militar única no país, conforme o acordo; e o fato de o próprio acordo não prever condições de partilha de poder. Dessa forma, os dois anos seguintes foram marcados por uma escalada da brutalidade entre os beligerantes em Angola, sendo o período mais sangrento do conflito. Por um lado, o MPLA havia desengajado boa parte de suas forças, enquanto a UNITA não havia chegado perto de completar esse processo, o que a colocou em vantagem em um primeiro momento. A UNITA se utilizou, então, do apoio do presidente zaireense, Mobutu, e das receitas das minas de diamantes que controlava para financiar seus avanços (WHEELER, 2016).

Por seu turno, o MPLA conseguiu se reposicionar no conflito através do aumento nos preços do petróleo, que expandiu as receitas do governo, e do apoio internacional que passou a receber – em 1993, o governo do MPLA foi reconhecido pelos EUA, e a UNITA recebeu

²⁸ A Namíbia foi o único território na África Austral a ser colonizado pela Alemanha com as determinações da Conferência de Berlim

sanções aplicadas pela ONU (WHEELER, 2016). Esse contexto abriu espaço para uma nova tentativa de cessar-fogo, em novembro de 1994, institucionalizada no Protocolo de Lusaka, assinado em Zâmbia pelas duas partes envolvidas. O acordo estabelecia a desmobilização das tropas da UNITA, a participação da mesma no governo e a designação de uma missão de paz da ONU. Contudo, essa investida também foi frustrada, apesar da presença de 7.500 capacetes azuis e a organização de um governo de unidade e reconciliação, em 1997, quando tornou-se pública a informação de que a UNITA não estava se desengajando militarmente de fato. Assim, o governo conjunto foi imediatamente suspenso, e o MPLA se voltou novamente ao conflito armado. Em 2001, o grupo adotou táticas de contra insurgência que retiravam os civis do interior do país e os alocavam em campos de refugiados em centros urbanos para impedir que fossem recrutados como combatentes pela UNITA. Em fevereiro do ano seguinte, Jonas Savimbi acabou morto pelas forças do governo, pondo fim ao conflito – o qual terminou oficialmente em abril de 2002 (BAUER, TAYLOR, 2011).

3 O MPLA COMO ELITE REVOLUCIONÁRIA: UM BREVE ESTUDO BIOGRÁFICO DOS SEUS FUNDADORES

O seguinte capítulo se pretende a uma análise da trajetória política e de vida dos principais membros fundadores do MPLA – a saber, Agostinho Neto, Viriato da Cruz, Mário de Andrade e Lúcio Lara, nessa ordem – que se colocam como elite revolucionária de acordo com o conceito de Tkachev adotado por esse trabalho. O objetivo desse estudo é apontar como essas características servem para encaixá-los nesse conceito. Para isso, far-se-á um breve estudo biográfico desses indivíduos de modo a observar qual parcela da sociedade colonial angolana eles integravam, e as oportunidades que tiveram que contribuíram para a formação de sua ideologia nacionalista, dentro da realidade contextualizada no capítulo anterior.

3.1 Agostinho Neto: a vida política do primeiro presidente de Angola

António Agostinho Neto nasceu, em 1922, em Icolo e Bengo, uma região de maioria Mbundu na província de Luanda, a noroeste de Angola. Seu pai era pastor metodista e sua mãe era professora, o que lhe garantiu a oportunidade de realizar seus estudos, após a conclusão do ensino primário em sua aldeia, no Liceu Nacional Salvador Correia, em Luanda, um instituto de ensino de excelência na colônia que permitia aos estudantes angolanos ingresso nas escolas superiores portuguesas²⁹. Com o final de vida escolar no Liceu, Neto começou a trabalhar nos Serviços de Saúde na província do Bié e de Malange (MPLA, 2016a; NETO³⁰ *apud* FREITAS, 1975).

Em 1947, Agostinho Neto ganhou uma bolsa de estudos financiada pela Igreja Protestante Metodista para estudar medicina em Coimbra, onde se tornou um dos dirigentes da Casa dos Estudantes do Império e militante ativo do MUD Juvenil (ROCHA, 2009) – sobre o qual cabe aqui uma breve explicação de sua origem. O MUD, Movimento de Unidade Democrática, foi criado em 1945 em Lisboa, no seio do Partido Comunista Português, como movimento de oposição ao regime salazarista, e, em sua base, nasceram organizações juvenis. O MUD Juvenil nasceu de uma conjunção de esforços para unificar essas associações da juventude portuguesa por parte da própria direção do partido (FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES, 2016; PATO, 1996³¹ *apud* MARTINS, 1996).

²⁹ Nessa época, ainda não existiam universidades em Angola.

³⁰ Conversas com Amadeu José de Freitas.

³¹ PATO, Octávio. 1996. Entrevistado por Leandro Martins (1996).

Em 1952, Neto é preso pela primeira vez pela PIDE, por atividades desempenhadas como dirigente do MUD Juvenil. Três meses depois, em Lisboa, sua atuação contra o governo salazarista se intensifica, tornando-se uma figura de destaque da organização. Ele volta a ser preso três anos mais tarde devido à sua participação na V Assembleia de Delegados do MUD, em que atua como representante das colônias portuguesa e fala, pela primeira vez, abertamente sobre o trabalho forçado dos negros de Angola e Moçambique (ROCHA, 2009). Condenado agora a dezoito meses de prisão, Agostinho Neto não se fará presente no ato que ficou marcado como fundação do MPLA através do lançamento do manifesto de 10 de dezembro de 1956 (MPLA, 2016a).

Junto a seus companheiros de militância, Lúcio Lara, Mário de Andrade e Amílcar Cabral – protagonista da luta anticolonial em Guiné-Bissau e Cabo Verde –, Agostinho Neto contribuiu para a formação de uma consciência acerca dos abusos do colonialismo salazarista nos territórios africanos por parte dos colegas portugueses. Esse trabalho foi essencial para o pioneirismo do Partido Comunista Português e de sua juventude militante no apoio à luta de libertação nacional dos povos africanos das colônias. Por sua vez, Neto também enriqueceu sua consciência situacional em consequência da vivência intensa que teve morando e estudando em Portugal e militando juntamente com os jovens portugueses. Foi a partir daí que ele percebeu que o sistema de opressão ao qual era submetido o povo da metrópole se assemelhava muito ao que ocorria com seu povo em Angola (ROCHA, 2009).

Nesse sentido, a luta de Agostinho Neto se fundamentou no combate ao fascismo e ao colonialismo, e não voltado contra os portugueses enquanto pessoas. O que ele percebeu, mais tarde, é que a reprodução desse sistema de exploração acabaria o enraizando no pensamento daqueles que saíam de Portugal para tentar a vida em Angola como colonos detentores de terras ou capitalistas. Assim, Rocha (2009) aponta a Revolta na Baixa do Cassange como um exemplo bastante representativo dessa reprodução, na medida em que foi uma rebelião popular e voluntária contra uma empresa portuguesa, a COTTONANG, que empreendia um regime exploratório de trabalho que renegava qualquer tipo de poder decisório por parte dos angolanos sobre a produção de algodão (PÉLISSIER, 2016; ROCHA, 2009).

A atuação de Agostinho Neto foi crucial para o desenvolvimento de um pensamento nacionalista entre os africanos que viviam em Portugal, através da mobilização que fez junto aos jovens para sua participação ativa no Centro de Estudos Africanos e na Casa de Estudantes do Império. Foi nesses espaços que Neto conseguiu transmitir seus conhecimentos e de seus companheiros acerca dos valores e da herança cultural de sua terra. Ademais, trabalhou no processo de formação do Clube Marítimo Africano no intento de promover um espaço de

interação entre os jovens estudantes e os trabalhadores vindos das colônias portuguesas na África, o que facilitaria, mais tarde, os contatos com os grupos nacionalistas em Angola e Guiné-Bissau (ROCHA, 2009).

Em 1958, um ano após sua libertação, ele termina seu curso de medicina em Portugal e, em 1959, retorna a Luanda, instalando-se com sua esposa, a portuguesa Maria Eugénia Neto, e o filho (MPLA, 2016). No ano seguinte, Neto é preso novamente em uma manifestação pacífica duramente reprimida pela polícia fascista, e transferido para Lisboa e depois para Cabo Verde, retornando para Lisboa um ano mais tarde (OLGENS³² *apud* FREITAS, 1975; SOUSA, 2006). É nesse período em que Neto se encontra afastado do cenário de resistência em Angola que tem lugar a conferência do MPLA em Léopoldville na qual ele foi eleito presidente honorário do MPLA (SOMERVILLE, 1986). Da mesma forma, Agostinho Neto também não estará presente nos levantes de 4 de fevereiro de 1961 contra a prisão São Paulo em Luanda (MPLA, 2016a).

O então presidente decide fugir da prisão e retorna à África através do Marrocos, seguindo mais tarde para a porção sul do continente. A partir disso, Neto empreendeu seus esforços para trabalhar em sua atividade política em outros países africanos, como Congo Belga e na República do Congo, locais onde se fixou até fevereiro de 1975 quando retorna definitivamente a Luanda (NETO³³ *apud* FREITAS, 1975). Em novembro deste ano, o MPLA proclama, então, a independência da agora República Popular de Angola a partir dos territórios sob seu controle, e Agostinho Neto é declarado seu presidente, tendo ficado no poder até 1979, quando vem a falecer (WHEELER, 2016). Seu governo foi marcado pelo alinhamento à União Soviética e ao bloco oriental e pela tentativa de afastar as potências ocidentais do território, que até então eram tidas como principais exploradores do petróleo angolano (JOSÉ, 2011) – o capítulo seguinte explora melhor esse ponto.

O pensamento político de Neto o levou a lutar por uma Angola independente que pudesse manter relações políticas e econômicas simétricas com outros países e onde fosse possível diminuir ao máximo as diferenças socioeconômicas entre as classes e etnias ali existentes. Para ele, o ideal seria uma sociedade angolana em que negros, brancos e mestiços pudessem viver em conjunto. Dessa forma, Neto negava a luta racial como um princípio da luta contra o colonialismo português. Essas ideias o aproximaram da ideologia socialista e o fizeram querer instaurá-la como regime para construir uma Nação Angolana de fato. E para tal, era preciso combater não apenas o colonialismo que prendiam Angola a Portugal, mas combater também o imperialismo ocidental que já demonstrava suas ambições (ROCHA, 2009).

³² Biografia de Agostinho Neto pela escritora inglesa Marga Olgens.

³³ Conversas com Amadeu José de Freitas.

Rocha (2009), no entanto, alerta para a necessidade de análise acerca das condições e cenários que ajudaram a moldar o pensamento político de Agostinho Neto. É preciso ter em mente que o líder do MPLA viveu sua juventude e ingressou na militância política em Portugal, um país economicamente atrasado que experienciava um regime fascista e era, portanto, fechado à efervescência de outras correntes de pensamento. A luta que Neto travou com seus companheiros africanos e portugueses contra o fascismo em Portugal era baseada numa lógica maniqueísta de forças do bem e do mal e, por isso, sua ideia acerca do socialismo e da própria União Soviética sofriam de um endeusamento fruto dessa realidade. Nesse ponto, o autor aponta, inclusive, que Viriato da Cruz e Mário de Andrade, os quais puderam disfrutar de suas experiências de militância e vivência em outros países democráticos, tinham assim uma visão política mais ampla e uma forma diferente de analisar os problemas africanos e mundiais. Contudo, fora ele, com sua visão e formação política, o líder angolano capaz de conduzir Angola à independência e o MPLA ao poder (ROCHA, 2009).

3.2 Viriato da Cruz e Mário de Andrade: um outro MPLA

Viriato da Cruz era mestiço e nasceu em 1928 em Porto Amboim, província do Kwanza-Sul, a noroeste de Angola (SERRANO, 2012). Seu pai, Abel Cruz, possuía vários bens, como fazendas de café e cabeças de gado. No entanto, sua condição financeira não foi o suficiente para que ele pudesse realizar seus estudos superiores em Portugal, tendo ficado em Luanda desempenhando funções subalternas em empregos de pouco prestígio, algo que sempre o frustrou. Viveu uma época da sua juventude com sua avó, quem foi responsável por despertar nele esse espírito de angolanidade que será determinante para seu engajamento na luta nacionalista (ROCHA, 2009).

Mesmo sem a oportunidade de ir para a metrópole estudar, com seus 24 anos, da Cruz já apresentava uma cultura marxista incomum para a realidade colonial em que se inseria, cercada por uma lógica que não permitia a penetração de ideologias políticas diversas. Defendia a necessidade de desenvolver uma fase capitalista em Angola, criando uma classe capitalista que impulsionaria o fortalecimento das forças de produção e conseqüentemente o surgimento de um proletariado angolano (ROCHA, 2009) – retomando o que foi dito no capítulo anterior, 85% da população em Angola era composta por camponeses (MINGAS³⁴ *apud* FREITAS, 1975).

³⁴ Entrevista concedida a Amadeu José de Freitas.

Sua atuação política propriamente teve início na segunda metade da década de 1940, quando idealizou e liderou, junto a outros companheiros, a criação do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola de Luanda. Foi também mentor das revistas “Mensagem” e “Cultura”, nas quais deu pequenas contribuições enquanto poeta. É nesse período também, mais precisamente em 1948, que Viriato da Cruz lança o movimento literário “Vamos descobrir Angola” que buscava despertar no povo angolano a curiosidade e o interesse por sua própria cultura e história (SERRANO, 2012). Ademais, da Cruz também foi membro ativo da Liga Nacional Africana e da ANANGOLA, a qual abandonará mais tarde para se dedicar à militância clandestina que o levará a fundar o Partido Comunista Angolano, em 1955, juntamente a Ilídio Machado, Mário António e António Jacinto (ROCHA, 2009).

Como já mencionado anteriormente, a falta de adesão ao PCA levou Viriato e seus companheiros a criarem o PLUAA. Em 1956, é então lançado o Manifesto do MPLA, chamando o povo angolano para se unir à luta contra o colonialismo português. No entanto, o movimento não teve também muitos adeptos: para a pequena burguesia luandense, o grupo do qual Viriato fazia parte, o manifesto era muito intelectualizado, radical e “pró-comunista”, o que afastava essa parcela da população. Perseguido pela PIDE, ele decide, então, fugir para Lisboa de modo a desenvolver melhores estratégias para derrotar o colonialismo, longe do ambiente repressivo que se instalara em Luanda. Depois de reuniões com outros nacionalistas em Lisboa, em que alertou sobre o que se passava em Angola, Viriato vai para Paris³⁵, onde vive alguns meses com ajuda financeira de Mário de Andrade, Marcelino dos Santos e Aquino de Bragança. A falta de recurso o faz abandonar Paris, indo se hospedar na casa de José Carlos Horta³⁶ em Liège no início de 1958. Poucos meses depois, instalou-se em Frankfurt com ajuda de um casal de amigos, os Bouvier, também engajados na luta anticolonialista (ROCHA, 2009).

Já no final dos anos 1950, os dirigentes do MAC, entre eles Viriato, decidem retornar à África para se engajar definitivamente na luta anticolonial. Dessa forma, Viriato sai de Tunes, onde estava para a Conferência dos Povos Africanos, de 1960, e se dirige à República da Guiné-Conacri para coordenar o movimento de resistência contra o colonialismo português neste território, juntamente com Lúcio Lara, Amílcar Cabral e Mário de Andrade. A partir de então,

³⁵ Foi de Paris que Viriato contribuiu para a criação do MAC, Movimento Anti-Colonialista (BITTENCOURT, 1997).

³⁶ José Carlos Horta foi um estudante de engenharia moçambicano branco em Liège, na Bélgica que contribuiu ativamente para a criação da UDEAN (União de Estudantes da África Negra) que mais tarde viria a se tornar UGEAN (União Geral dos Estudantes da África Negra). Era amigo e companheiro de militância de Viriato da Cruz e Mário de Andrade. Horta, que não passou pela vivência na metrópole portuguesa e, por isso, não foi militante da CEI, abrigou diversos nacionalistas angolanos em sua casa fugidos da perseguição emplacada pela PIDE (ROCHA, 2009).

observa-se um impulso para a nacionalização dos movimentos anticolonialistas. A essa altura, por outro lado, Agostinho Neto regressava a Luanda, o que terá impactos futuros na atuação de Viriato no MPLA (SOUSA, 2006). A I Conferência Nacional do MPLA, em 1962, instaurou a primeira grande crise do movimento: enquanto Viriato propunha um recuo tático dos membros não-negros dos cargos dirigentes do MPLA, incluindo a si mesmo, Neto se colocava contra quaisquer concessões que violassem o princípio fundamental do movimento de não racismo (MATEUS; MATEUS, 2015). Para Serrano (2012),

O demitir-se do comitê diretor do MPLA para dar acesso a novos elementos não mestiços à direção é um ato (exemplo dado por Fernando Mourão) que não vai jamais se repetir por nenhuma das lideranças na mesma ação de generosidade dada como exemplar (SERRANO, 2012: 170-171).

Além disso, outras divergências acabaram contribuindo para a cisão do MPLA em dois, um comandado por Agostinho Neto e outro, por Viriato da Cruz. O MPLA liderado por Viriato ensaiou, então, uma aproximação com a FNLA de Holden Roberto, não tendo nunca integrado este movimento enquanto indivíduo, apenas como representante de seu grupo político. Acaba, contudo, refugiando-se na China maoísta, a qual havia conhecido em 1958 a convite da União de Escritores Chineses depois de ter participado do Congresso dos Escritores Afro-Asiáticos na União Soviética. É lá que vem a falecer, em 1973, aos quarenta e cinco anos de uma doença do coração (MATEUS; MATEUS, 2015; ROCHA, 2009; SHUBIN, 2008). No entanto, é preciso ter em mente que Viriato foi, de fato, o grande ideólogo do MPLA. Sua realidade socioeconômica o fez assim: nasceu e foi criado na realidade colonial em que também vivia seu povo e não se desprende de disso (MINGAS³⁷ *apud* FREITAS, 1975).

Sobre ele, Edmundo Rocha (2009) escreve:

Viriato da Cruz deu corpo ao instrumento político – o MPLA – com raízes no PLUAA, no MIA e no MINA e que viria a ter uma dimensão internacional a partir de 1960. (...) De facto, quando o MPLA chegou ao Congo-Leopoldville em 1961, não existia uma organização política estruturada no interior do país, ligada a Viriato da Cruz e Mário de Andrade, uma vez que ela tinha sido dizimada pela PIDE.

O enorme esforço feito em 1961 e 1962 para transformar o MPLA de um movimento de quadros num movimento popular não deu frutos. A chegada de Neto alterou a relação de forças no seio do movimento e deixou Viriato da Cruz isolado.

(...) É Agostinho Neto quem pega esse instrumento político e lhe dá gradualmente um carácter menos utópico, menos intelectual, ligando-o mais aos angolanos dos musseques e traduzindo melhor as realidades sociais angolanas, fazendo dele a arma que o levaria à vitória e à conquista da independência.

Mas a história deverá reconhecer o mérito da criação dessa arma de luta política por Viriato da Cruz. E por esse facto histórico, e não só, é merecedor da sua reabilitação

³⁷ Entrevista concedida a Amadeu José de Freitas.

política póstuma, à altura dos anseios, ambições e sacrifícios, seus e do povo angolano. (ROCHA, 2009: 221)

Por seu turno, Mário Pinto de Andrade, também mestiço, nasceu em 1929 em Golungo Alto, na província de Kuanza Norte em Angola. Sua família era composta por funcionários públicos, padres e pequenos burgueses. Chegou a iniciar seus estudos como seminarista em Luanda, mas sua negação a qualquer tipo de autoritarismo e a falta de interesse pela vida eclesiástica o fizeram abandonar o Seminário. Matriculou-se, então, no Colégio Portugal para terminar seus estudos, onde entre 1947 e 1948 estudou e lecionou ao mesmo tempo latim e português. Acabou optando por seguir sua formação em letras. Sua inserção na movimentação política foi natural: a posição de seu pai permitiu que Mário de Andrade tivesse contato, desde cedo, com personalidades importantes da Liga Nacional Africana, como Gervásio Viana, Manuel Bento Ribeiro, André Mingas – os fundadores – e Ilídio Machado, entre outros. Ele passa então a frequentar o ambiente da Liga, onde teve os primeiros contatos com Viriato da Cruz que se tornaria seu amigo e companheiro de luta (ROCHA, 2009).

Foi para Portugal ao final de 1948, onde iniciou o curso de Filosofia Clássica na Faculdade de Letras de Lisboa. A partir de então, tem contato com Amílcar Cabral, Lúcio Lara e o próprio Agostinho Neto, entre outros, que acabam em conjunto desenvolvendo um espaço para estudo e reflexão acerca de temas africanos. Andrade foi um agente importante, através das palestras que proferia na CEI e no Ateneu de Coimbra, no processo de tomada de consciência de uma identidade africana por parte dos jovens que vinham das colônias para estudar na metrópole. Teve também uma breve participação na militância no MUD Juvenil, a partir da qual percebeu o quanto faltava aos companheiros progressistas portugueses uma percepção lúcida da realidade da vida cotidiana nos territórios ultramar (ROCHA, 2009).

Detido pela PIDE em 1951 e 1954, decide mudar-se para Paris neste ano para fugir da perseguição imposta pelo Estado Novo. Recebeu ajuda de três amigos africanos Aquino Bragança, de Goa, Marcelino dos Santos, de Moçambique – os quais viriam a ajudar Viriato da Cruz juntamente com o próprio Mário de Andrade alguns anos mais tarde –, e o angolano Edmundo Rocha, hospedando-se clandestinamente seus dormitórios na residência universitária de *Maison du Maroc*. Também em Paris, Andrade fortaleceu sua relação com Alioune Diop, um senegalês fundador da revista *Présence Africaine* a qual foi um importante instrumento para o fortalecimento dos ideais de pan-africanismo e descolonização do continente africano. Andrade passa, então, a atuar como secretário da revista e escreve para outras várias de conteúdo similar (ROCHA, 2009).

Espírito brilhante, elegante, “raffiné”, transbordante de humor e de vivacidade, excelente conversador, foi p perfeito nacionalista marxista africano *de la rive gauche*. Parisiense e um dos elementos dominantes entre os jovens do grupo de Paris. Foi talvez um dos maiores humanistas angolanos do seu tempo que souberam promover, como ninguém, em Paris e nos areópagos internacionais, o Homem Africano, em todas as suas dimensões.

Como Amílcar Cabral, Mário tinha uma estatura intelectual e política que ultrapassava o seu país de origem e abraçava a problemática do conjunto de país e povos submetidos ao colonialismo português. (ROCHA, 2009: 224).

Foi militante também do MAC e, apesar de afastado da realidade de Angola e mesmo da metrópole portuguesa, Andrade buscou sempre manter contato com outros nacionalistas e aproveitar oportunidades que contribuíssem para desbancar a política colonial de Portugal nos mais diversos meios da cena internacional. Entretanto, em 1958, demite-se da revista *Présence Africaine* e, por isso, já não tem mais condições de se manter financeiramente em Paris. Com ajuda das autoridades nacionalistas de Guiné-Conacry, que, além de passaportes falsos, garantiram subsídios financeiros para os dirigentes do MPLA, ele e Viriato mobilizam as forças do movimento angolano para lá. Nesse ponto, Mário de Andrade se torna o responsável pelas relações exteriores do MPLA, fazendo viagens que pudessem garantir importantes parcerias na luta contra o colonialismo português. Em uma estruturação provisória em julho de 1960, ele é eleito presidente em exercício, enquanto Agostinho Neto é presidente de honra até a Conferência de Brazaville (ROCHA, 2009).

Em fevereiro de 1961, ocorreram os assaltos às prisões de Luanda, e Andrade assumiu a responsabilidade em nome do MPLA, reivindicando a direção da luta armada contra as forças metropolitanas, o que gerou um conflito com Holden Roberto. A resposta foi o massacre da UPA às forças do MPLA ao norte em novembro do mesmo ano. Mais tarde, em Léopoldville, Andrade buscou estabelecer uma unidade entre os movimentos nacionalistas, tentativa vista com certa hesitação por Holden Roberto devido à chegada dos demais dirigentes do MPLA ao Congo (ROCHA, 2009). Em maio de 1962, no entanto, o movimento se desintegra com a bandeira levantada por Viriato contra a presença de mestiços nos cargos dirigentes do MPLA, em reflexo das acusações do líder da UPA de que o MPLA era um movimento de intelectuais filhos de colonos (MATEUS; MATEUS, 2015).

Com a chegada de Neto ao continente africano, Mário cede-lhe a presidência no intento – frustrado – de unificar novamente o movimento. Contudo, a decisão de Neto de formar uma frente (Frente Democrática de Libertação de Angola – FDLA) com partidos angolanos refugiados no Congo, alguns dos quais mantinham aliança com o governo português, pegou Mário de surpresa. Ele, que se encontrava no Cairo para a Conferência dos Países Não-

Alinhados, em um ímpeto de grande frustração, anuncia para jornalistas sua saída do MPLA. Refugia-se, então, em Argel, vivendo durante anos com ajuda financeira do governo argelino. Retorna à vida política em Angola para contestar os rumos que o MPLA havia tomado nas mãos de Neto, mas foge, em 1975, logo após a independência, com medo da prisão (ROCHA, 2009).

3.3 Lúcio Lara: o fiel companheiro de Neto

Lúcio Rodrigo Leite Barreto de Lara era mestiço e nasceu em Huambo, capital da província que leva o mesmo nome, em 1929. Seu pai, Lúcio Gouveia Barreto de Lara, era português e trabalhava como gerente de fazenda e depois como comerciante; sua mãe, Clementina, era angolana. Fez seu ensino primário em sua cidade natal e o universitário em Coimbra, onde conheceu Agostinho Neto, por cuja amizade sempre dedicou muita devoção e fidelidade. Lara foi um dos principais nomes da criação do MPLA e liderança importante na luta de libertação da colônia portuguesa. Sua atuação política começou logo cedo, no final dos anos 1940, quando ingressou na Casa de Estudos Africanos, em Lisboa, onde conheceu outros companheiros de luta nacionalista, Mário de Andrade, o moçambicano Marcelino dos Santos e o guineense Amílcar Cabral (BRITAIN, 2016) – todos já citados anteriormente.

Foi militante do MAC e do MUD Juvenil, tendo, conseqüentemente, uma convivência muito próxima com o PCP. Participou do V Congresso clandestino do partido, em 1957, no qual foi adotada a posição favorável à autodeterminação dos povos das colônias, o que provavelmente contou com sua influência. No entanto, era bastante crítico da oposição antifascista dos portugueses de oposição ao governo do Estado Novo, que por vezes se mostravam com um pensamento deveras colonizador em relação aos africanos e sua realidade. Apesar de não ter atuado na CEI, ou na criação do PCA e do PLUAA, ou mesmo tendo participado da confecção do Manifesto do MPLA de 1956, Lúcio Lara foi um dos nomes mais importantes da constituição do Clube Marítimo Africano em Lisboa, em 1954 (ROCHA, 2009).

Em 1959, em uma nova conferência do PCP, Lara, que já estava na mira da PIDE, foi denunciado anonimamente, mas, antes que os agentes policiais chegassem até o local, ele foge, evitando sua prisão. Vai para a Alemanha, onde passa um tempo até decidir voltar para a África juntamente com sua família. Passa, então, por Tunes, Rabat, Conacri e Léopoldville antes de chegar no Congo Brazaville, onde se instala e acaba trabalhando como professor de matemática e física, assim como sua esposa, a portuguesa Ruth Pflüger, em paralelo com a vida política como forma de prover sustento. Já no ano seguinte, durante o processo de reformulação do

MPLA, torna-se membro fundador da primeira direção externa do MPLA, e em 1962 é nomeado secretário organizador do movimento (BRITAIN, 2016).

Com as dissidências geradas no MPLA pelo posicionamento de Viriato da Cruz contrário à presença de mestiços entre os dirigentes do movimento, Agostinho Neto convoca, em 1962, uma Conferência Nacional na qual Lúcio Lara é eleito para o comitê diretor no setor de Organização e Formação de Quadros (MATEUS; MATEUS, 2016). No mesmo ano, tem-se a ação de Neto em unir-se a movimentos nacionalistas ligados a Portugal – que desencadeara a saída de Andrade do MPLA -, na qual Lúcio Lara o apoia. Essas cisões, primeiro com Viriato da Cruz, depois com Mário de Andrade, fazem Lara repensar seu papel no MPLA e ele chega a cogitar voltar para a Alemanha e acabar seu curso de Físico-Químicas, mas acaba ficando em Angola, tendo um importante papel no processo de independência, além de conselheiro íntimo de Agostinho Neto (ROCHA, 2009). Ele foi também um nome de destaque ao longo de sua vida como membro do MPLA enquanto governo, até sua morte em fevereiro de 2016 (BRITAIN, 2016). Contudo, como aponta Rocha (2009),

Não foi capaz de impedir a instalação de um clima de exclusão e de violência e uma cultura de intolerância e de corrupção em Angola.
Porém, contra e ventos e marés, Lara soube sempre manter uma linha política anticolonialista, antifascista e marxista. Pela sua tenacidade, inteligência, sensibilidade e fidelidade, soube sempre manter-se ganhador, mesmo quando tudo parecia perdido. (ROCHA, 2009: 246-247).

3.4 De militantes a líderes políticos

A partir do estudo proposto nesse capítulo, é possível depreender que existem algumas semelhanças na trajetória desses membros fundadores. Primeiramente, todos eles faziam parte do que se pode classificar como classe média colonial. Isto é, não eram propriamente membros de uma elite, já que durante o período colonial, esse grupo minoritário era composto exclusivamente por portugueses, mas tinham uma condição de vida que lhes permitiu concluir seus estudos primários. Em relação aos estudos superiores, Viriato da Cruz foi o único dos quatro a não ingressar na universidade, uma vez que não obteve qualquer tipo de bolsa de estudos que o permitisse viver em Portugal durante a juventude – lembrando que não existiam universidades em Angola nessa época. Dessa forma, foi o único a ter militando em Angola em sua juventude. Por sua vez, seus companheiros tiveram uma atuação política ativa em Portugal, militando em espaços importantes de luta contra o colonialismo português, como a CEI (BRITAIN, 2016; MPLA, 2016a, ROCHA, 2009).

Viriato da Cruz, Mário de Andrade e Lúcio Lara contaram também com um período de vivência em outros países europeus de regime democrático, que contribuiu para sua formação política e visão de mundo. Agostinho Neto viveu apenas em Portugal e se aproximou muito da militância antifascista e da realidade repressiva daquele país. Essas experiências na Europa foram essenciais para o desenvolvimento de uma consciência acerca dos abusos sofridos pelo povo angolano graças aos métodos adotados pela administração colonial. Esse ambiente de luta contra o fascismo português, do qual fizeram parte todos os quatro, cada qual em sua particularidade, lhes permitiu se aproximar da ideologia marxista em um momento de efervescência do embate ideológico entre capitalismo e socialismo figurado nas tensões da guerra fria. Essas ideias não eram muito comuns na atmosfera colonial, bloqueada de diversas formas pela repressão da metrópole, embora da Cruz tenha podido conviver com elas sem ter saído de Angola (BITTENCOURT, 1997; 2000; FREITAS, 1975; ROCHA, 2009).

Faziam, contudo, parte de um grupo seletivo e minoritário que pôde contar com oportunidades desse tipo, enquanto a maioria esmagadora do povo angolano daquela época nunca saiu do país. Escolheram, por seu turno, direcionar essa experiência e conhecimento para encabeçar uma iniciativa de combate de fato ao colonialismo português, criando e sustentando o MPLA. Desse modo, souberam centralizar os esforços, partilhados pela população como um todo, para lançar uma frente que não só lutaria pela independência, mas tomaria o poder posteriormente e aplicaria um projeto político idealizado por eles para construir e desenvolver o Estado angolano. Sobre como se deu esse processo é que o trata o capítulo a seguir.

4 A TRANSIÇÃO PARA ELITE DIRIGENTE: O MPLA COMO GOVERNO

Este capítulo se propõe a analisar o governo do MPLA desde seu início, em novembro de 1975, até 2012, marco escolhido por indicar o fim do último ciclo presidencial completo – o próximo mandato de Eduardo dos Santos terminará apenas em 2018. A análise apresentada pretende demonstrar as mudanças que o movimento sofreu em sua atuação enquanto governo, tendo adotado em um primeiro momento um projeto político marxista-leninista, mas que se modificaria ao final dos anos 1980 devido a pressões internas. Nesse sentido, o governo do MPLA passou por um processo de abertura política, empregando uma transição ao multipartidarismo. Cabe aqui observar os efeitos dessas mudanças no cenário político e econômico. Para tal, o capítulo se divide em três períodos temporais, demarcados assim: o primeiro começa com a independência, em 1975, e termina em 1992 quando há a abertura ao multipartidarismo; o segundo se inicia com a abertura e o processo de liberalização e acaba com o fim da guerra civil; por fim, o terceiro período, de 2002 a 2012, mostra essa primeira década sem conflito.

4.1 Entre 1975 e 1992: do Estado-partido ao multipartidarismo

Quando Agostinho Neto proclamou a República Popular de Angola, em 11 de novembro de 1975, entrou juntamente em vigor uma Lei Constitucional que regeria o funcionamento deste Estado a qual havia sido formulada e aprovada pelo Comitê Central do MPLA. Conforme ilustra já de início seu artigo primeiro, o objetivo primário desta República era garantir a soberania e independência do povo angolano, de modo a eliminar todos os vestígios restantes dos séculos de dominação portuguesa e a promover o desenvolvimento do território e a construção de um Estado democrático (ANGOLA, 1975).

Ademais, a Constituição de 1975 colocava o MPLA como legítimo representante da República, ao mesmo tempo que repele qualquer atitude separatista, assumindo a unidade e inviolabilidade das fronteiras estabelecidas ainda no período colonial – mais precisamente na Conferência de Berlim de 1884. O contexto de guerra civil tornou fundamental a temática das forças armadas, as quais, conforme o artigo sexto, foram formadas a partir das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA)³⁸, que agora passaria a ser o exército nacional

³⁸ As FAPLA foram criadas na época anterior à independência em resposta ao incremento militar que a FNLA recebera das forças armadas zaienses. Era um exército embrionário do MPLA, especializado em técnicas de guerrilha, com pouca ou nenhuma capacidade de fato (DUNEM, 1991 *apud* GUIMARÃES, 1992).

angolano, sob comando do presidente. As FAPLA assumem, então, a responsabilidade pela proteção da integridade territorial e, juntamente com a população, pela reconstrução nacional (ANGOLA, 1975).

Em termos de projeto político, o MPLA adotou um sistema marxista-leninista, acreditando ser essa a via mais justa e igualitária. Esse projeto aproximou Angola do bloco soviético do qual o MPLA era simpatizante desde os tempos de sua formação (CAPOCO, 2013). Era visível o movimento do MPLA em direção ao fortalecimento de seu compromisso com a ideologia marxista-leninista, ao longo dos anos 1960 e da primeira metade dos anos 1970, e seu desejo de se tornar um partido de vanguarda com base popular no proletariado e nos camponeses. Nesse sentido, em outubro de 1976, teve lugar em Luanda a primeira plenária do Comitê Central do MPLA, da qual foi oficializada a adoção dessa ideologia como norteadora do projeto de Estado encabeçado pelo grupo, que passou a ser denominado como “MPLA – Partido dos Trabalhadores” (MPLA-PT), assumindo uma nova roupagem (HODGES, 2002; SOMERVILLE, 1986). Sobre isso, o presidente Agostinho Neto proferiu algumas palavras ainda em 1972:

(...) no que respeita à organização económica, dizemos que o povo angolano deve ser senhor das riquezas do nosso país, que são precisos salários justos para evitar a exploração dos trabalhadores, etc. É o que, normalmente, se designa por via socialista. É o socialismo (...). Eis a nossa orientação, a nossa linha. (NETO, 1972 *apud* CAPOCO, 2013, p. 189)

Dessa forma, o MPLA fortaleceu a figura do Estado centralizador – o Estado-partido, como coloca Chabal (2007) –, resultado não só da influência soviética que perpassa a trajetória de seus líderes, mas também da herança colonial de uma administração extremamente autoritária e concentradora de poder. Claro que também é necessário considerar o conflito interno com a FNLA e a UNITA como fator determinante para a adoção dessa postura. No entanto, Hodges (2002) procura destacar o peso que o legado português teve nesse processo, apontando como não existiam partidos políticos antes de 1975 – o que será imposto também pelo MPLA até 1992 –, ou uma imprensa livre, ou mesmo liberdade de manifestação, além do fato de que o poder judiciário era totalmente controlado pela administração colonial. Essa cultura foi herdada por completo pelo MPLA, na medida em que Angola nunca havia, por exemplo, experimentado uma vivência de competição e pluralismo político (HODGES, 2002).

Conforme aponta Patrick Chabal (2007), um dos impactos mais relevantes do colonialismo português em Angola é justamente sua burocracia atrasada que deixou marcas profundas na administração pública encabeçada pelo MPLA, de moldes socialistas. O autor assinala ainda a existência de uma elite política, centrada na figura do presidente, que é herança

da “comunidade crioula luandense” que ele defende existir desde o período colonial. Esse agrupamento, de raízes mestiças, sempre esteve ligado ao centro de poder e, pelo forte laço que mantinha com o poder colonial instalado em Luanda, considerava-se antes de tudo uma comunidade de língua-portuguesa, o que a diferenciava dos demais grupos populacionais de Angola, nos quais o português era muito pouco conhecido e utilizado. No entanto, para governar, foi preciso que o MPLA ampliasse seus círculos de influência, principalmente em um ambiente de disputa pelo poder (CHABAL, 2007).

Para Vidal (2007a), o sistema político adotado pelo MPLA no cenário pós-independência assumiu características neo-patrimonialistas, no qual o aparato do Estado foi utilizado pela elite no poder de forma a garantir para si a hegemonia política e econômica. Dessa forma, a justaposição entre as estruturas do Estado e do partido e o modelo de centralização serviram de instrumento para consolidar esse patrimonialismo, que se iniciara ainda na administração Neto e se tornara crescentemente elitista com o fortalecimento do presidencialismo. Segundo o autor, a intensificação da guerra nos anos 1980 reforçaram as características do sistema, tendo sido utilizada como justificativa para tanto para os problemas econômicos – que veremos a seguir – como para a manutenção de um Estado centralizado e autoritário (VIDAL, 2007a).

Em 1976, Agostinho Neto começou a absorver gradualmente as funções e atribuições do Primeiro Ministro e ampliar sua influência sobre os governos provinciais. Em agosto do ano seguinte, ele assumiu o papel de líder do governo, e em dezembro de 1978, aboliu os cargos de Primeiro Ministro e vice Primeiro Ministro. Além disso, a eclosão de um novo racha dentro do MPLA, liderado por Nito Alves, que resultou no assassinato e na prisão de membros do partido, em maio de 1977, foi um fator importante para acentuar o processo de centralização dentro do partido e para inibir manifestações populares contrárias às lideranças do MPLA. Por outro lado, o partido foi tornando-se aos poucos mais restritivo em relação aos critérios para ingresso de novos membros e excluindo principalmente os camponeses – correspondentes a 74% da população – da participação política (VIDAL, 2007a).

Como colocado anteriormente, em 1979, Agostinho Neto vem a falecer durante uma visita oficial a Moscou, e José Eduardo dos Santos assume em seu lugar (SOMERVILLE, 1986). Nascido em Luanda³⁹, em 1942, dos Santos completou seu ensino primário em uma escola de seu bairro em Luanda e o secundário no Liceu Salvador Correia. Sua vida política se iniciou logo cedo, atuando nas organizações clandestinas na capital que foram criadas na esteira

³⁹ Há controvérsias acerca desse fato, já que alguns afirmam que dos Santos é na verdade natural de São Tomé, de onde emigraram seus pais rumo a Angola.

do lançamento do Manifesto do MPLA, em 1956. Com a rebelião armada de fevereiro de 1961 às prisões em Luanda, abandona Angola e passa a coordenar atividades daquilo que viria a se constituir como Juventude do MPLA (JMPLA), da qual foi um dos criadores. Em 1963, recebeu uma bolsa de estudos para cursar o ensino superior na União Soviética, indo para Baku, capital do Azerbaijão, fazer o curso de engenharia de petróleo no Instituto de Petróleo de Gás da cidade. Em Baku, era o principal responsável pela Seção de Estudantes Angolanos na União Soviética (MPLA, 2016b).

Durante o governo Neto, dos Santos atuou como ministro das Relações Exteriores e era um de seus homens de confiança (ARAÚJO, 2011). De fato, o sistema monolítico e centralizado adotado pelo MPLA permitiu uma transição pacífica e sem rupturas para o governo de Eduardo dos Santos, tendo sido escolhido por unanimidade pelo Comitê Central do partido (HODGES, 2002). O governo de dos Santos foi marcado pelo forte autoritarismo até o final dos anos 1980, quando há um abandono do projeto marxista. Nessa fase, intensificou-se a política de restrição para o ingresso de novos membros no partido, assim como o processo de centralização da política e da administração pública (VIDAL, 2007a).

Nesse sentido, em 1980, uma alteração constitucional tornou José Eduardo dos Santos presidente da Assembleia Popular de Angola, reduzindo a ação do órgão à simples ratificação das decisões do Executivo. Ao mesmo tempo, o presidente tomou para si, sob aprovação do partido, o controle de áreas que antes eram de responsabilidade do Comitê Central, tal como as relações econômicas exteriores. Entre 1984 e 1985, foi a vez do ministério das relações exteriores ser absorvida pelas atribuições do presidente da república. Essas ações acabaram gerando um clima de discórdia entre o Comitê Central, formado por importantes figuras do MPLA mais antigas que dos Santos, e o governo. Em resposta, dos Santos assumiu uma postura ainda mais agressiva, privando o partido do poder decisório, o qual ele delegou a organizações subsidiárias do governo, como o Conselho de Ministros e o Gabinete do Presidente da República. Contudo, é importante demarcar que essa centralização não caracterizava a existência de uma ditadura em Angola, conforme defende Vidal (2007a), uma vez que havia jogo político, e era preciso ganhar os adversários para alcançar o consenso nas decisões do partido (VIDAL, 2007a).

No cenário econômico, esse primeiro período ficou marcado por um grave problema de esvaziamento do setor público devido à fuga de milhares de portugueses de volta a seu país de origem quando da eclosão dos conflitos internos após a proclamação da independência. Ademais, a divisão interna gerada por Nito Alves também contribuiu para intensificar o problema da administração pública. Ainda assim, houve um esforço significativo do governo

em incrementar as funcionalidades da máquina pública, buscando, por exemplo, ampliar rapidamente o acesso à educação e lançar outros programas sociais que contribuíssem para melhorar a qualidade de vida da população (HODGES, 2002; WHEELER, 2016).

Em 1976, o Comitê Central do partido lançou a Resolução sobre Política Econômica, na qual se estabelecia um sistema de planejamento centralizado cuja base era o setor agrícola e o fator decisivo era o desenvolvimento industrial. Importante destacar que o programa estabelecia uma economia de modelo socialista como meta, e não como objetivo imediato, afinal o conhecimento acerca da necessidade de uma reconstrução econômica anterior à implementação de fato de um novo modelo fez com que o governo de Neto agisse muito cuidadosamente em relação ao setor agrícola, e, por isso, boa parte da produção não foi instantaneamente nacionalizada (SOMERVILLE, 1986). Ademais, cabe aqui ressaltar a enorme quantidade de recursos naturais, renováveis e não-renováveis, de que Angola dispõe, os quais garantiam sua autossuficiência em termos de produtos alimentares durante o período colonial. Como aponta Hodges (2002):

O país é dotado de uma diversidade impressionante de recursos naturais, incluindo grandes reservas de petróleo e de outros minerais, condições climáticas favoráveis e solos propícios à produção de inúmeros produtos agrícolas e à criação de gado, águas ricas em peixe e um enorme potencial hidroelétrico. (HODGES, 2002, p. 140).

A Resolução de 1976 também extinguiu a moeda colonial, o escudo, e a substituiu pelo Kwanza. Além disso, foi criada a Comissão de Planejamento Nacional que estabeleceu um plano de nacionalização para todos os setores da economia, tendo sido criada também para coordenar o planejamento em todos os níveis. Nesse sentido, em outubro do mesmo ano, o Banco de Angola, principal banco do país, foi nacionalizado e o Banco Comercial de Angola foi confiscado e transformado em Banco Popular de Angola, dando ao governo o controle sobre 85% das operações bancárias que ocorriam no país. Em meados de 1977, mais de 85% das empresas de comércio, indústria, mineração ou agricultura que haviam sido abandonadas pelos antigos proprietários portugueses foram estatizadas (SOMERVILLE, 1986). A tabela abaixo ilustra o percentual controlado pelo Estado angolano dos segmentos manufatureiros em 1978:

Tabela 2 – Segmentos controlados pelo Estado angolano em 1978

Segmento	Porcentagem sob controle do Estado
Indústria petrolífera	51
Exploração de diamantes	61
Setor de processamento de açúcar	100
Setor têxtil	100
Setor de bicicletas e motocicletas	100
Manufatura de papel e madeira compensada	100
Fabricação de instalações para indústria de ferro	100
Estaleiros	100
Montagem de automóveis	100

Fonte: SOMERVILLE, 1986. Elaboração própria

Entretanto, essa transição para um modelo de planejamento centralizado não obteve o êxito esperado, e a economia angolana acabou mergulhando em uma recessão profunda e prolongada. A isso se deve também a ausência de mão-de-obra qualificada devido ao intenso êxodo de portugueses em 1975, que trouxe efeitos não só para a administração pública em si, mas também à produção agrícola, uma vez que milhares de propriedades e pequenas empresas do setor foram abandonadas. Ademais, a falta de investimento no setor de infraestrutura levou à destruição e degradação do mesmo por falta de manutenção. Ao mesmo tempo, as empresas estatais criadas entre 1975 e 1977 não conseguiram se manter ativas (HODGES, 2002).

De modo geral, a tentativa de estabelecer um regime de planejamento centralizado foi frustrada, levando a problemas na distribuição de recursos e à ineficiência em todos os setores, os quais geraram dificuldades de abastecimento da indústria – ainda incipiente – e o surgimento de mercados paralelos para suprir as demandas da população. A economia angolana foi tornando-se, assim, cada vez mais dependente dos recursos advindos da exploração do petróleo⁴⁰, o único setor que continuava crescendo. Nesse ínterim, o segundo congresso do partido, em 1985, trouxe consigo críticas contundentes contra o sistema adotado, vindas de uma

⁴⁰ O principal centro de extração de petróleo em Angola é a província de Cabinda, um enclave entre a República do Congo e a República Democrática do Congo na costa atlântica. A exploração petrolífera na região é *offshore*, isto é, no oceano, onde estão as maiores reservas angolanas (PEGADO, 2014).

classe emergente que via seu crescimento estrangido pelo forte controle do Estado na economia (HODGES, 2002; 2007)

Por sua vez, o Comitê Central também constatou uma piora significativa nos setores sociais, como educação, saúde e habitação (VIDAL, 2007b). Foi assim que se lançou, em 1987, o primeiro programa de reformas liberalizantes, em consequência do qual, dois anos mais tarde, Angola aderiria ao FMI e ao Banco Mundial (PEGADO, 2014). Para além das questões econômicas, o conflito civil também deixava marcas de desgaste na política do partido, e a iminente impossibilidade de vencer a UNITA levou o Comitê Central a abandonar o sistema de partido único, em 1990 – mudança que seria implementada na reforma constitucional de 1991. O terceiro congresso do MPLA decidiu também por abandonar de vez o marxismo-leninismo e a denominação “partido dos trabalhadores” (HODGES, 2002; 2007).

4.2 De 1992 a 2002: abertura política e liberalização econômica

Em setembro de 1992, entrou em vigor uma lei de revisão constitucional que visava a implementação de uma democracia pluripartidária e de um sistema de economia de mercado. O documento previa, nesse sentido, a realização de eleições, pela primeira vez em Angola, baseadas no princípio do sufrágio universal e no voto secreto. As eleições consagrariam a escolha popular para a presidência da república e para deputados de um parlamento que viria ser implementado. Ademais, o nome oficial do país foi modificado para República de Angola, assim como a Assembleia Nacional que também perdeu a designação “popular”. Outra importante alteração foi o estabelecimento de um Estado democrático de direito e a previsão da separação dos poderes executivo, legislativo e judiciário na configuração de um sistema semipresidencialista, o qual ainda coloca a figura do presidente como ativa e atuante (ANGOLA, 1992). Esse ambiente mais pluralista abriu caminho para novas instituições:

Neste novo clima, surgiram numerosos partidos novos, a par de uma série de organizações não governamentais, grupos comunitários e associações profissionais. Pela primeira vez, os sindicatos tornaram-se independentes do Estado e surgiram alguns pequenos semanários privados e estações de rádio FM. (HODGES, 2002, p. 83).

A essa altura, a guerra fria já havia acabado, levando consigo a União Soviética, que se dissolvera em 1991. Esse cenário foi propício para abertura de novos espaços para atuação regional de Angola e para o esmorecimento das rivalidades com a África do Sul, permitindo ao governo se concentrar no conflito interno contra a UNITA (SILVA, 2015). Ademais, as

reformas econômicas buscaram aproximar o país do Ocidente em busca de oportunidades (HODGES, 2002). Do lado político, as eleições de setembro de 1992 deram vitória a Eduardo dos Santos, e a não aceitação por Jonas Savimbi fez eclodir novamente os combates entre MPLA e UNITA. Dessa forma, esses primeiros anos, entre 1992 e 1994, foram marcados pelas tentativas de negociação de paz e cessar-fogo frustradas, como colocado anteriormente (JOSÉ, 2008).

A retomada do conflito com a UNITA trouxe complicações para o projeto de abertura política. Assim, o segundo turno das eleições de setembro, previsto na medida em que nem dos Santos nem Savimbi obtiveram mais de 50% dos votos válidos, acabou nunca acontecendo, tendo sido oficialmente cancelada em 1999. No legislativo, os deputados eleitos pela UNITA, com exceção de alguns que haviam rompido com Savimbi, só puderam tomar posse de seus assentos na Assembleia Nacional em 1997. Por sua vez, o próprio projeto de descentralização do poder também foi adiado, retornando o clima político restritivo ao final dos anos 1990. Na prática, dos Santos ainda detinha controle sobre a Assembleia Nacional através do Conselho de Ministros, o que foi convenientemente mantido sem conflito graças à larga maioria que o MPLA representava no legislativo (HODGES, 2002). Acerca da figura centralizadora do presidente, no entanto, é importante destacar:

O presidente foi também capaz de manter uma certa popularidade, especialmente no círculo eleitoral urbano/quimbundo tradicional do MPLA, de contornar o risco de protestos urbanos contra a descida do nível de vida, de cooptar potenciais rivais dentro do MPLA e nos pequenos partidos independentes que surgiram a partir de 1991 e, acima de tudo, de promover relações estreitas com as altas patentes das Forças Armadas. (HODGES, 2002, p. 85).

Seu governo ganhou como base importante essa nova classe emergente de origem principalmente luandense, que temia que uma vitória da UNITA – de origem rural e ovimbunda – pudesse representar acabar com seu direito de propriedade, fruto do processo de privatização que vinha ocorrendo em Angola, do qual esse grupo foi basicamente o único beneficiado. Ademais, as políticas econômicas implementadas pelo governo, como subsídios a combustíveis, água e eletricidade, contribuíram para ampliar o apoio popular de Eduardo dos Santos. Esses outros privilégios também eram exclusividade dos moradores do centro urbano e não chegavam até a periferia (HODGES, 2002).

Em termos produtivos, na primeira metade dos anos 1990, o governo perdeu controle de quase a totalidade da exploração e diamantes para a UNITA e um setor informal de garimpeiros. Os lucros da mineração foram, então, utilizados para financiar o braço armado do partido de Savimbi que havia perdido apoio da África do Sul e dos EUA com o final da guerra

fria (BAUER; TAYLOR, 2011). A retomada e escalada do conflito civil também trouxe importantes consequências econômicas, já que boa parte da infraestrutura física, estradas e instalações elétricas por exemplo, foram destruídas (HODGES, 2007). Por outro lado, a produção de petróleo continuava aumentando, e Angola assumiu o posto de importante produtor dessa *commodity* no continente africano, chamando atenção das potências ocidentais (BAUER; TAYLOR, 2011). Em 1995, 94% das exportações angolanas advinham do setor petrolífero (MONIÉ, 2012). Contudo, a constante instabilidade macroeconômica impedia o processo contínuo de desenvolvimento do país e apenas com o fim da guerra civil, em 2002 com a morte de Savimbi, é que o governo poderia alocar a maior parte de seus recursos nesse sentido (HODGES, 2007; BENY, 2007).

4.3 De 2002 a 2012: a primeira década pós conflito

Em abril de 2002, após a morte de Jonas Savimbi, UNITA e MPLA assinaram uma emenda para ser adicionada ao Protocolo de Lusaka, na qual aceitavam formalmente o cessar-fogo entre as partes conflitantes. Dessa forma, todos os territórios anteriormente controlados pela UNITA passaram para as mãos do governo, e o braço armado do partido de oposição foi, então, desmantelado. Em 2004, o governo anunciou novas eleições para 2006, prometendo que, até lá, uma nova Constituição seria formulada, e novas leis eleitorais seriam adotadas. As eleições de fato só aconteceram em 2008, e a nova Constituição foi implementada em 2010 após elaboração de uma Assembleia Nacional Constituinte (BAUER; TAYLOR, 2011).

Um dos pontos importantes da nova Constituição é a consagração dos princípios que regem a União Africana, organização regional criada em 2002 a partir da Organização da Unidade Africana, ali extinta. Entre os princípios estão a soberania e a independência nacional dos países africanos, o direito à autodeterminação dos povos, a não ingerência nos assuntos internos de outros Estados membros e a cooperação para o progresso do continente. Outra grande novidade é o estabelecimento de normativas que devem guiar os objetivos, programas e práticas dos partidos políticos, que de maneira geral evocam os princípios fundamentais. A Constituição de 2010 também instituiu Luanda como capital oficial do país. Além disso, o texto constitucional mantém a defesa do direito à propriedade privada, já estabelecido pela lei de revisão de 1992, dando continuidade ao processo de liberalização iniciado no final dos anos 1980 (ANGOLA, 2010).

Em 2002, o cargo de Primeiro-Ministro, que havia sido abolido e absorvido pela presidência, foi restaurado. No entanto, o presidente continuou atuando como chefe de Estado

e de governo, ou seja, o executivo ainda conta com um alto grau de concentração nas mãos do presidente. A constituição de 2010, por sua vez, aboliu novamente o cargo e criou a função de vice-presidente. Dessa forma, Paulo Kassoma do MPLA, que havia sido eleito como Primeiro-Ministro nas eleições parlamentares de 2008, foi nomeado como presidente da Assembleia Nacional ao final de 2010, enquanto Fernando da Piedade Dias dos Santos, primo de Eduardo dos Santos, assumiu o cargo de vice-presidente. Pela nova Constituição, o mandato presidencial tem duração de cinco anos, podendo o indivíduo ser reeleito uma vez. Os anos anteriores do governo de dos Santos não foram, contudo, enquadrados na contagem, a qual se iniciaria com as eleições parlamentares de 2012 (ANGOLA, 2010; BAUER; TAYLOR, 2011).

As eleições legislativas de 2008 consagraram a popularidade do MPLA: 191 dos 220 assentos disponíveis foram ocupados por políticos do partido. Para Roque (2009⁴¹ *apud* BAUER; TAYLOR, 2011), a estratégia do MPLA de se colocar como partido único durante os primeiros anos de independência, ao mesmo tempo em que angariava legitimidade nacional e internacional, foi o que o permitiu sair vitorioso de fato do conflito com seus rivais e obter tamanha popularidade. Dessa forma, o poder legislativo em Angola não atuaria como um contraponto ao executivo, mas sim com um agente endossador das políticas do regime. De forma similar, os governos provinciais, indicados pelo presidente, serviam como uma extensão do poder central em cada província.

Na economia, o período de 2000 a 2010 marcou um importante salto na produção de petróleo (gráfico 1), em consequência da política norteamericana de guerra ao terror⁴² que deflagrou um conflito no Iraque⁴³, em 2003. Dessa forma, entre 2008 e 2009, Angola foi o maior produtor de petróleo da África Subsaariana – nos outros anos, o país ficou atrás da Nigéria na região (BENY, 2007). A maior parte desse petróleo é diretamente encaminhada para o setor

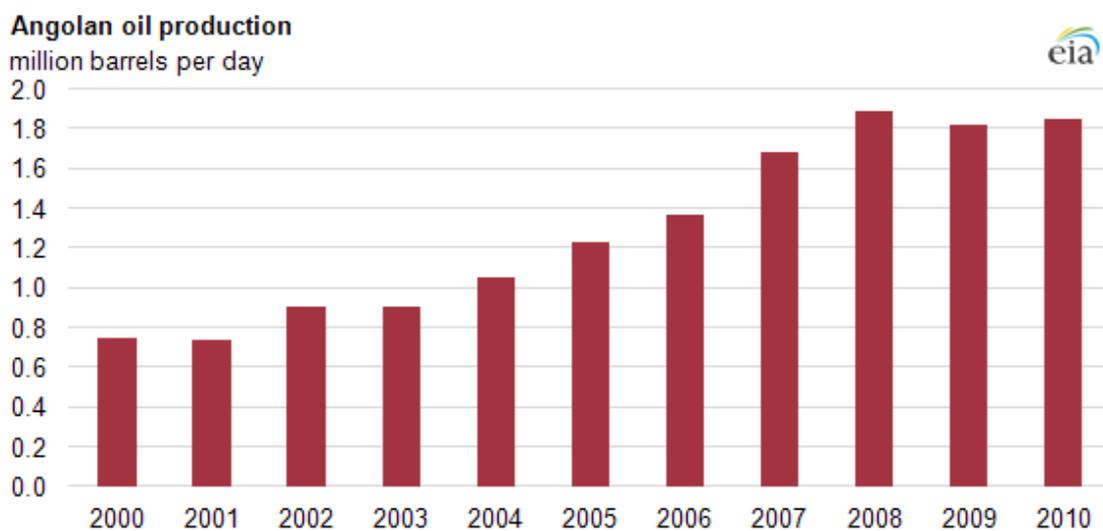
⁴¹ ROQUE, Paula Cristina. Angola's Façade Democracy. *Journal of Democracy*: Washington, 2009, v. 20, n. 4, p. 137-150.

⁴² A Guerra Global ao Terror é uma estratégia de combate ao terrorismo encabeçada pelos EUA após os atentados de 11 de setembro aos prédios do World Trade Center em Nova Iorque. Apesar da perseguição a grupos terroristas ser o que fundamenta esse projeto, acredita-se que ela venha sendo utilizada para alcançar interesses geoestratégicos norte-americanos, como a busca por fontes de fornecimento de petróleo (VANDELL. LASMAR, 2015).

⁴³ Em 2002, o governo iraquiano de Saddam Hussein passou a ser acusado por potências ocidentais de manter um arsenal de armas de destruição em massa em seu território, o que Hussein negava terminantemente. Por sua vez, o governo de Washington acusava Saddam Hussein de não só manter o tal arsenal, mas também ter dado suporte aos terroristas que protagonizaram os ataques de 11 de setembro. Mesmo com a reprovação da resolução introduzida pela representação norte-americana no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 2003, a qual propunha uma intervenção militar em solo iraquiano em busca das armas, os EUA apoiados pelo Reino Unido invadiram o Iraque, capturando o presidente Hussein – que seria morto em 2006 por enforcamento após julgamento. A partir de então, os EUA passaram a empreender um suposto processo de construção estatal que se iniciava pelo desmonte do Estado iraquiano de Hussein. Esse processo encontrou oposição em grupos nacionais que empreenderam ataques às forças norte-americanas, deflagrando um longo conflito no país que culminou no surgimento do grupo ISIS (KEEGAN, 2005; SIMONATO; MARASCHIN, 2014).

exportador, já que o produto representa a principal fonte de divisas do país – em 2005 96,3% e em 2009, 97,5% das exportações angolanas eram de petróleo (MONIÉ, 2012) –, além do incipiente desenvolvimento socioeconômico que faz com que o consumo de energia no país seja pequeno, ou seja, mesmo que não fosse alocado para venda no mercado internacional, a população angolana não demandaria a quantidade de petróleo que é produzida. O aumento do consumo interno de energia, num geral, seria um passo determinante para desenvolver o setor industrial em Angola e, assim, alavancar um projeto de crescimento socioeconômico de fato (PEGADO, 2014).

Gráfico 1 – Produção de petróleo em Angola (2000-2010)⁴⁴



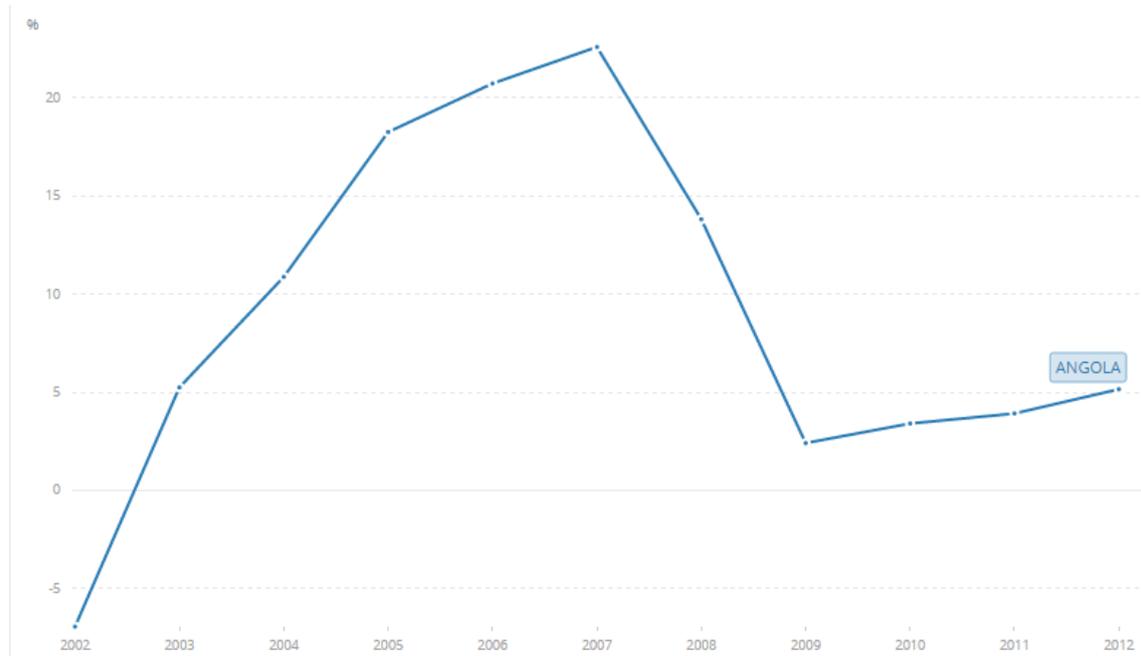
Fonte: EIA, 2011

As receitas advindas da exportação também aumentaram significativamente – de US\$5,8 bilhões a US\$22,8 bilhões entre 2001 e 2005. A isso se deve não só o aumento da produção, mas também o aumento no preço do barril de petróleo no mercado mundial (OLIVEIRA, 2007). Assim, em 2009, o petróleo correspondia a 72,6% do PIB angolano, o qual teve um surto expressivo de crescimento até 2007, chegando a 22% nesse ano (gráfico 2). Esse crescimento do PIB, no entanto, não corresponde necessariamente a desenvolvimento

⁴⁴ Milhões de barris por dia.

socioeconômico, visto que o IDH⁴⁵ de Angola ainda se apresenta em nível baixo, chegando a 0,524 em 2012⁴⁶ (MONIÉ, 2012; PNUD, 2015; WORLD BANK, 2016).

Gráfico 2 – Crescimento do PIB de Angola (2002-2012)



Fonte: World Bank, 2016.

No setor petrolífero, o processo de liberalização de fato não existiu, uma vez que não houve ações do MPLA no sentido de nacionalizar esse setor (BENY, 2007). Ainda em 1978, a Sonangol, estatal angolana fundada dois anos antes para administrar a exploração de petróleo em Angola, já havia delegado a extração a CrevronTexaco, em Cabinda, ExxonMobil e Total, as quais retornavam com uma parte da produção para o governo. Com as descobertas de novas reservas em 1996, formaram-se consórcios em associação com *majors* estrangeiras detentoras de capital financeiro e humano e recursos técnicos para a exploração. Em 2012, a cadeia petrolífera em Angola era formada pela Sonangol, única companhia nacional, ChevronTexaco, Total, ExxonMobil e British Petroleum como *majors* ocidentais, e China National Offshore Company (CNOOC), Petrobras e Oil and Natural Gas Corporation da Índia como firmas de países emergentes⁴⁷, que têm aumentado sua atuação no continente africano (MONIÉ, 2012).

⁴⁵ Índice que mede o progresso a longo prazo das três dimensões consideradas básicas para o desenvolvimento humano, a saber, renda, educação e saúde (PNUD, 2015).

⁴⁶ Entre o período de 2000 a 2012, houve um crescimento muito significativo no IDH de Angola: em 2000, o índice era de 0,390. Esse aumento se deve principalmente à melhora na expectativa de vida ao nascer e de escolaridade dos angolanos, além do crescimento do PIB (PNUD, 2015).

⁴⁷ Segundo Visentini (2013), o sistema internacional vive um processo de mudança no capitalismo que abriu caminho para a expansão da cooperação sul-sul e o consequente protagonismo dos países desse bloco em

Em 2008, a China superou os EUA e se tornou o maior parceiro comercial de Angola, representando uma média de 39% das exportações angolanas – majoritariamente petróleo – entre 2008 e 2012, enquanto os norte-americanos ficaram apenas com 22%. A Índia também tem aumentando sua participação nos destinos das exportações angolanas a partir de 2009, com uma média de 9,5% até 2012 (ANGOLA DATA PORTAL, 2014). O petróleo tem, portanto, contribuído para posicionar Angola no sistema internacional: tendo sido utilizado, em um primeiro momento, como financiador das forças do MPLA no conflito civil, o petróleo hoje demonstra o peso estratégico de Angola nessa nova configuração global multipolar. Foram justamente os interesses estratégicos que levaram os EUA a reconhecerem, em 1993, o governo do MPLA, mesmo tendo apoiado a UNITA durante os anos 1970 e 1980 (BENY, 2007).

Essa dependência do petróleo, entretanto, permitiu que apenas as regiões urbanas costeiras se beneficiassem do crescimento econômico, em especial Luanda. De modo geral, as regiões que sempre estiveram sob controle do MPLA desde a independência são as mais desenvolvidas. Ademais, o prolongamento da guerra civil trouxe consequências fortes para a produção agrícola que é atualmente pouco desenvolvida – em 2008, apenas 10% do PIB advinha da agricultura. Por outro lado, no campo político, as eleições legislativas de 2008, que deram a maioria do Parlamento ao MPLA, garantiram a continuidade do projeto de desenvolvimento encabeçado pelo partido (BAUER; TAYLOR, 2011). São enormes os desafios do governo dados os poucos anos de estabilidade de que o país tem gozado, e cabe a dos Santos, reeleito em 2012, traçar estratégias para vencê-los.

detrimento das grandes potências tradicionais que estariam em declínio. Nesse sentido, há um movimento desses países, dentre os quais estão até mesmo alguns Estados africanos como Angola, em direção ao continente africano em busca dos recursos naturais disponíveis e sub-utilizados, porém, sem o estabelecimento de zonas exclusivas de exploração como no passado: essas novas relações se estabelecem no sentido de cooperação e visam setores específicos da economia, como o segmento petrolífero. Entre esses emergentes estão principalmente o grupo dos BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul –, mas também Turquia, Irã e nações árabes do Golfo pérsico, e sua atuação tem contribuído para a construção de uma ordem cada vez mais multipolar (VISENTINI, 2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou, ao longo de seu desenvolvimento, fazer um estudo sobre a transição do MPLA de movimento de libertação nacional a governo, a partir dos conceitos de elite revolucionária, de Tkachev e Lênin, e elite dirigente, de Gramsci. Dessa forma, procurou responder ao questionamento a que se propôs acerca da ocorrência ou não de mudanças fundamentais nas características do grupo durante essa trajetória. A primeira consideração deve ser feita sobre a proposta de estudo e sua justificativa.

De fato, o que se constatou ao longo do trabalho foi uma limitação bibliográfica de produção brasileira. Boa parte dos trabalhos renomados sobre Angola e o MPLA é de origem ou portuguesa, ou angolana ou ainda britânica. Nos dois primeiros casos, a relação de Portugal e Angola com o tema é direto e explícito, o que abre margem para a produção acadêmica na área, além, é claro, do amplo acesso a documentos públicos, como é o caso do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, que guarda registros oficiais datados desde o século XIII e serve de fonte de pesquisa para muitos dos escritores utilizados neste trabalho. O Reino Unido, por sua vez, apresenta uma significativa série de centros de estudos africanistas em suas universidades, além de uma tradição mais antiga de interesse pelo continente africano, reflexo ainda do período imperialista. No caso do Brasil, há importantes nomes de estudos africanistas que têm atuado no sentido de instigar uma nova geração de pesquisadores nessa área através do desenvolvimento de centros de pesquisa. A expectativa é que a produção acadêmica possa aumentar nos próximos anos.

Acerca da pesquisa propriamente, alguns pontos devem ser levantados. No processo de formação do MPLA, diversas organizações antecessoras contribuíram para tal. A partir do trabalho feito no primeiro capítulo, é possível destacar algumas delas. Primeiramente, a Liga Nacional Africana, criada em Luanda no início dos anos 1930, se mostrou um importante agente de promoção de uma consciência nacionalista entre os angolanos da região, impulsionando sua problematização acerca da realidade em que viviam. Por seu turno, a Casa dos Estudantes do Império, com núcleos em Lisboa e Coimbra – principais centros universitários portugueses –, foi um espaço de troca de vivências e acolhimento para os jovens estudantes africanos que saíam de sua terra de origem e eram inseridos no ambiente hostil da metrópole. Esse espaço proporcionou também uma conscientização sobre os abusos cometidos pela administração colonial, mas principalmente sobre clima repressivo em que também viviam os próprios portugueses sob o regime fascista de Salazar. Dessa vivência surgiu o MAC e uma série de militantes africanos que contribuiriam com o movimento antifascista em Portugal.

Cabe ainda destacar o PCA por ter sido o principal embrião político do MPLA, já baseado em ideais marxistas inspirados na atuação do Partido Comunista Português com o qual seus membros tiveram contato. Em comum, a LNA e o PCA têm o local de origem: ambos foram criados no núcleo de Luanda que, apesar de não ser único, era o mais importante em Angola pela proximidade que tinha com a administração colonial ali instalada. Entretanto, para se “nacionalizar” e angariar esforços populares, o MPLA precisaria se deslocar desse núcleo urbano e conquistar as massas camponesas no restante do território, buscando enfraquecer a influência de seu rival. Afinal, os camponeses representavam 85% da população total de Angola na década de 1960.

Em Luanda, a Liga e a ANAGOLA (outra organização que fez parte do processo de formação do MPLA) atuaram como centros de mobilização popular para a luta armada, que havia sido escolhida como único instrumento capaz de derrotar o colonialismo português de fato. No entanto, somente com o fim do regime salazarista em Portugal é que as negociações para a independência se iniciariam, dando origem ao Acordo de Alvor, o qual já nasceu fadado ao fracasso devido às rivalidades latentes entre os três grupos de libertação. O resultado foi a escalada de um longo conflito civil. O MPLA soube, contudo, concentrar esforços para se garantir no poder desde 1975, proclamando independência, a 11 de novembro, sobre as regiões que controlava.

A partir do estudo realizado no segundo capítulo, tornou-se possível encaixar o MPLA como uma elite revolucionária. Primeiramente, souberam concentrar esforços, como demonstrado ainda no primeiro capítulo, para empreender um processo revolucionário em Angola em contestação à ordem vigente – no caso a situação de colonização. O MPLA era constituído, entretanto, por um núcleo que não refletia a realidade da colônia. Como mostrado, seus principais membros representavam uma minoria que teve oportunidades importantes em sua formação educacional que incidiram na sua forma de enxergar o problema da colonização e formular um projeto político para reverter esse quadro, ou seja, buscar a independência. Mesmo a exceção de Viriato da Cruz, que não pôde realizar seus estudos superiores, nos mostra que o contato com uma ideologia contrária àquela defendida pelo poder central foi um fator determinante na mobilização política desses indivíduos. Eles, portanto, representavam uma elite intelectual, como defende Tkachev, que precisava de instrumentos para fazer a revolução. Seu principal instrumento foi o apoio popular de que dispuseram. Constituíram-se, assim, como um partido de vanguarda antes mesmo da adoção da denominação oficial – que ocorreria só em 1976. É justamente esse tipo de instituição, centralizada e quase-militar, que Lênin defende como essencial na condução do processo revolucionário.

Alcançado o objetivo principal – tornar-se independente –, caberia agora ao MPLA implantar seu projeto de Estado angolano e derrotar os movimentos rivais que contestavam sua liderança. Puderam, no entanto, contar com dois fatores muito importantes que determinariam sua vitória e consolidação como governo: o controle sobre Luanda, sede da administração colonial e, portanto, da máquina burocrática estatal, e sobre os recursos naturais, uma vez que a produção de petróleo foi o que garantiu o financiamento das tropas do governo para derrotar a UNITA. Como analisado no terceiro capítulo, em um primeiro momento, o MPLA se coloca como grupo revolucionário e implementa suas propostas a partir de um modelo marxista-leninista. Todavia, agora em uma posição de dirigente, há mudanças relevantes na sua forma de atuação.

Primeiramente, enquanto ainda era apenas um movimento de libertação nacional, o programa do MPLA colocava como um dos pontos basilares a criação de uma Frente Angolana de Libertação, que englobaria todos os movimentos existentes em Angola. Sua função de governo e o conflito militar que se instaurou no país já em 1975 o fizeram mudar essa postura conciliadora e adotar um perfil centralizador, instaurando uma democracia de partido único, consagrada pela Constituição de 1975. Inclusive, esse programa consagrava a importância do poder Legislativo independente, o que de fato não aconteceu em Angola até os anos 2000. Outro ponto curioso acerca dessa mudança é a questão da liberdade de imprensa, defendida pelo movimento em seu programa anterior à independência, mas que na prática acabou sendo controlada pelo governo até a revisão da lei constitucional de 1992 (ANGOLA, 1975; 1992; 2010; FREITAS, 1975).

No campo econômico, não houve uma modificação fundamental no plano do MPLA antes da independência e no período imediatamente posterior. Pelo contrário, a ideia de implementar uma economia de planejamento centralizado nas mãos do Estado se concretizou e se tornou realidade também com a Constituição de 1975, a qual adotava explicitamente o modelo marxista-leninista. Entretanto, as pressões internas de uma nova classe emergente que surgia no núcleo urbano, principalmente em Luanda, e o final anunciado da guerra fria com a falência da União Soviética – e, portanto, o fim do apoio militar e financeiro ao MPLA – trouxeram à tona contestações a esse modelo. Dessa forma, o MPLA acabou optando por um programa de liberalização econômica que envolvia a desnacionalização de todos os segmentos econômicos e a legalização da propriedade privada, validados pela revisão de lei constitucional de 1992. Essa revisão também trouxe uma mudança significativa para o cenário político no país, em um contexto de negociações de cessar-fogo entre as partes beligerantes. Foi, então, instaurado em Angola um regime multipartidário e um projeto de descentralização do poder das

mãos do presidente – o que de fato nunca aconteceu (ANGOLA, 1975; 1992; HODGES, 2002; 2007; BAUER; TAYLOR, 2011).

Dessa forma, o que se pode inferir disso é que de fato ocorreram mudanças significativas no perfil de atuação do MPLA. E essas mudanças são intrínsecas ao processo de constituição do movimento enquanto governo, afinal, sua postura como grupo revolucionário não pode ser a mesma de grupo dirigente, uma vez que as responsabilidades são diferentes e há um conjunto de pressões internas e externas a que é preciso responder. Essa seria a característica fundamental do MPLA que mais sofreu alteração: em um primeiro momento, ele é um movimento de libertação nacional, em um contexto específico; e, em um segundo momento, ele assume como governo de um Estado independente e soberano. Ademais, para responder as tais pressões aqui colocadas, foi preciso abandonar o projeto político primordial, que inclusive foi motor para sua constituição como movimento de libertação, e adaptar-se ao novo cenário que se desenhava, na tentativa de desenvolver esse Estado com tantas potencialidades como Angola.

REFERÊNCIAS

- ALIAGA, Luciana. A questão política dos intelectuais: as "elites" dirigentes nos quaderni del carcere de A. Gramsci. **Arma da Crítica**, Fortaleza, n. 3, p.157-172, dez. 2011. Anual. Disponível em: <[http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/9- a questao politica dos intelectuais as elites dirigente.pdf](http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/9-a-questao-politica-dos-intelectuais-as-elites-dirigente.pdf)>. Acesso em: 06 nov. 2016.
- ANGOLA. **Lei Constitucional da República Popular de Angola de 1975**. Luanda, 11 nov. 1975. Disponível em: < <http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/01/LEI-CONSTITUCIONAL-de-1975.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2016.
- _____. **Revisão de Lei Constitucional**. Luanda, 16 set. 1992. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/176034>>. Acesso em: 01 nov. 2016.
- _____. **Constituição da República de Angola**. Luanda, 21 jan. 2010. Disponível em: < http://www.governo.gov.ao/Arquivos/Constituicao_da_Republica_de_Angola.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2016.
- ANGOLA DATA PORTAL. **Angola Exports, Major Trade Partners**. 2014. Disponível em: < <http://angola.opendataforafrica.org/twakbpc/angola-exports-major-trade-partners?lang=pt>>. Acesso em: 20 nov. 2016.
- ARAÚJO, Kelly. **A transição de Neto a dos Santos: os discursos presidenciais sobre as relações internacionais de Angola e o conflito com a UNITA (1975-1988)**. [S.l]: Casa das Áfricas, 2011. Disponível em: <<http://www.casadasafricas.org.br/>>. Acesso em: 05 nov. 2016.
- BAUER, Gretchen; TAYLOR, Scott D.. **Politics in Southern Africa: transition and transformation**. 2. ed. London: Lynne Rienner Publishers, 2011.
- BENY, Eduardo. **A Nova Geopolítica do Petróleo: Do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné**. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2007.
- BITTENCOURT, Marcelo. A criação do MPLA. **Estudos Afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 32, p.185-208, dez. 1997.
- _____. A História Contemporânea de Angola: seus achados e suas armadilhas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE A HISTÓRIA DE ANGOLA, 2. 1997, Luanda. **Construindo o passado angolano: as fontes e sua interpretação**. Luanda: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 161-185.
- _____. Fissuras na luta de libertação angolana. **Métis: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 10, n. 19, p.237-255, jan./jun. 2011. Semestral. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/issue/view/103>>. Acesso em: 03 ago. 2016.
- BRITAIN, Victoria. Lúcio Lara obituary. **The Guardian**, London, 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2016/feb/29/lucio-lara-obituary>>. Acesso em 03 nov. 2016.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Teoria das Elites. In: _____; _____; _____. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 385-391.

CAPOCO, Zeferino. **O Nacionalismo e o Estado**: um estudo sobre a história política de Angola (1961-1991). 2013. 333 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política e Relações Internacionais, Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2013.

CHABAL, Patrick. E Pluribus Unum: transitions in Angola. In: CHABAL, Patrick; VIDAL, Nuno. **Angola**: the weight of history. London: Hurst Publishers, 2007. Cap. 1. p. 1-18.

DUNEM, João Van. Entrevista a João da Costa Cabral Andresen Guimarães. Londres, agosto de 1991. In: GUIMARÃES, João da Costa Cabral Andresen. **The Origins of Angolan Civil War**: international politics and domestic political conflicts 1961-1976. 1992. 503 f. Tese (Doutorado) - Curso de Philosophy in International Relations, The London School Of Economics And Political Science, University Of London, London, 1992.

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION – EIA. **Angolan oil production has doubled since 2003**. Washington, out., 2011. Disponível em: <<http://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=3490>>. Acesso em 23 nov. 2016.

FERREIRA, Eduardo de Sousa. **Portuguese colonialism in Africa**: the end of an era. Paris: The Unesco Press, 1974.

FREITAS, Amadeu José de. **Angola**: O longo caminho da liberdade. Lisboa: Moraes, 1975. 458 p.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. **O Movimento de Unidade Democrática (MUD) é constituído em reunião no Centro Almirante Reis, presidida por Barbosa de Magalhães e tendo como orador Mário de Lima Alves**. Lisboa, 2016. Disponível em: <<http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=035870>>. Acesso em: 20 out. 2016.

GEORGE, Edward. **The Cuban Intervention in Angola, 1965-1991**: from Che Guevara to Cuito Cuanavale. Oxfordshire: Taylor & Francis E-library, 2005. 354 p.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: os intelectuais. o princípio educativo. jornalismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 2 v. 2º volume.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX (1914-1991). 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 598 p.

HODGES, Tony. **Angola**: do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem. Cascais: Principia, 2002. 301 p.

JOSÉ, Joveta. Angola: independência, conflito e normalização. In: MACEDO, José Rivair (Org.). **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Cap. 12. p. 159-179.

_____. **A Política Externa de Angola**: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil. 2011. 291 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Instituto de Filosofia e

Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/35078>>. Acesso em: 25 out. 2016.

KEEGAN, John. **A Guerra do Iraque**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Que Fazer?** São Paulo: Hucitec, 1986. 149 p.

MARTINS, Leandro. **Os 50 anos do MUD Juvenil**: Entrevista com Octávio Pato. 1996.
Disponível em: <<http://www.pcp.pt/partido/anos/testemu/octpato.html>>. Acesso em: 20 out. 2016.

MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. **Purga em Angola: o 27 de maio de 1977**. 10. ed. Alfragide: Texto Editores, 2015. 235 p.

MBAH, Jean Martial Arsene. **As rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) [1961 - 1975]**. Luanda: Mayamba Editora, 2010. 431 p. (978-989-83). Tradução de: António Setas.

M'BOKOLO, Elikia. Os caminhos da emancipação. In: _____. **África Negra: história e civilizações - do século XIX aos nossos dias**. 2. ed. Lisboa: Edições Colibri, 2011. Cap. 6. p. 456-546. Tradução de: Manuel Resende.

MONIÉ, Frédéric. **Petróleo, Desenvolvimento e Dinâmicas Espaciais na África Subsaariana**. In: MONIÉ, Frédéric; BINSZTOK, Jacob (Org.). *Geografia e Geopolítica do Petróleo*. Rio de Janeiro: MAUAD Editora, 2012.

MOVIMENTO POPULAR PELA LIBERTAÇÃO DE ANGOLA – MPLA. **Agostinho Neto**. Luanda, 2016a. Disponível em: <<http://www.mpla.ao/mpla.6/agostinho-neto.9.html>>. Acesso em 25 out 2016.

_____. **O Presidente**. Luanda, 2016b. Disponível em: <<http://www.mpla.ao/mpla.6/o-presidente.10.html>>. Acesso em 02 nov 2016.

NETO, António Agostinho. 1972. In: CAPOCO, Zeferino. **O Nacionalismo e o Estado: um estudo sobre a história política de Angola (1961-1991)**. 2013. 333 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política e Relações Internacionais, Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2013.

NEWITT, Malyn. Angola in Historical Context. In: CHABAL, Patrick; VIDAL, Nuno. **Angola: the weight of history**. Oxford: Marston Book Services Limited, 2007. Cap. 2, p. 19-92.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. **Petróleo e Segurança Internacional: aspectos globais e regionais das disputas por petróleo na África Subsaariana**. 2007. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11150/000607059.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

OPPERMANN, Alexandra Borba *et al.* Assembleia Geral da União Africana (2002): a fundação da União Africana. **UFRGSMUNDI: Guia de Estudos 2016**, Porto Alegre, v.4, n.

3, p. 234-253, 2016. Anual. Disponível em < <http://www.ufrgs.br/ufrgsmundi/guias-2016.php>>. Acesso em 13 out. 2016.

PEGADO, Aida Maria Silvério Pinto. **Angola como Potência Regional Emergente: Análise dos Factores Estratégicos (2002-2012)**. 2014. 238 f. Tese (Doutorado) - Curso de Estudos Africanos – Política e Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/8446>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

PÉLISSIER, René. A revolta armada de 1961. In: WHEELER, Douglas L.; PÉLISSIER, René. **História de Angola**. 6. ed. Lisboa: Tinta da China, 2016. Cap. 8. p. 249-274. Tradução de: Paula Almeida.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: Edufba, 2011.

PIMENTA, Fernando Tavares. **Angola no Percurso de um Nacionalista: conversas com Adolfo Maria**. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2011. 339 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Human Development Report 2015: Angola**. United Nations: New York, 2015. Disponível em: < http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr_theme/country-notes/AGO.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016.

RIZZI, Kamila Raquel. **Relações Brasil-Angola no pós Guerra Fria: os condicionantes internos e a via multilateral**. 2005. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/7721>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

ROCHA, Edmundo. **Angola: contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano (período de 1950 a 1964)**. 2. ed. Lisboa: Dinalivro, 2009. 351 p.

RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África: Outro Horizonte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Uma África que Fernando Mourão imaginou: o renascer africano no início do século XXI. **África: Revista do Centro de Estudos Africanos**, São Paulo, 2012, p. 131-144. Número especial.

SARAIVA, José Hermano. A República (1910-1992). In: SARAIVA, José Hermano. **História de Portugal**. Lisboa: Publicações Alfa, 1993. Cap. 18. p. 495-560.

SERRANO, Carlos. Viriato da Cruz, um intelectual angolano do século XX: a memória que se faz necessária. **África: Revista do Centro de Estudos Africanos**, São Paulo, p.165-178, 2012. Número Especial.

SHUBIN, Vladimir. **The Hot "Cold War": the USSR in Southern Africa**. London: Pluto Press, 2008. 320 p.

SILVA, André Luiz Reis da. Os Dilemas da África Contemporânea: a persistência do neocolonialismo e os desafios da autonomia, segurança e desenvolvimento (1960-

2008). **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 44, p.125-149, dez. 2008. Semestral. Disponível em: <<http://www1.fapa.com.br/cienciaseletras/php/sumario.php?sum=44>>. Acesso em: 12 out. 2016.

_____. Geometria Variável e Parcerias Estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010). **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, jan-jul, 2015, p. 143-184.

SILVA, Igor Castellano da. **Política Externa na África Austral: causas das mudanças nos padrões de cooperação-conflito (1975 - 2010)**. 2015. 404 f. Tese (Doutorado) - Curso de Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SILVA, Márcia Maro da. **A Independência de Angola**. Brasília: Funag, 2008. 248 p. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/492-Independencia_de_Angola_A.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

SILVEIRA, Maria Anabela Ferreira da. **Dos Nacionalismos à Guerra: os movimentos de libertação angolanos - 1945/1965**. 2011. 530 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu/9501562/Dos_nacionalismos_à_guerra._Os_movimentos_de_libertação_angolanos_-_1945_1965>. Acesso em: 13 out. 2016.

SIMIONATO, Guilherme Henrique; MARASCHIN, Natália Regina Colveiro. The Situation in Iraq. **UFRGS Model United Nations: question old structures, forge the future**. Porto Alegre: UFRGS, 2014, v. 2, p. 295-334. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ufrgsmun/2014/?page=preparation§ion=unsc_B>. Acesso em: 20 nov. 2016.

SOMERVILLE, Keith. **Angola: politics, economics and society**. Exeter: Srp Limited, 1986. 207 p.

SOUSA, Julião Soares. MPLA: da fundação ao reconhecimento por parte da OUA. **Latitudes**, Paris, n. 28, p.11-16, dez. 2006. Trienal.

THEEN, Rolf H. W.. The Idea of the Revolutionary State: Tkachev, Trotsky, and Lenin. **Russian Review**, Lawrence, v. 31, n. 4, p.383-397, out. 1972. Anual. Disponível em: <<http://actpolitik.org/wp-content/uploads/2008/08/the-idea-of-the-revolutionary-state-tkachev-trotsky-and-lenin.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2016.

THEEN, Rolf H. W.. The Idea of the Revolutionary State: Tkachev, Trotsky, and Lenin. **Russian Review**, Lawrence, v. 31, n. 4, p.383-397, out. 1972. Disponível em: <<http://actpolitik.org/wp-content/uploads/2008/08/the-idea-of-the-revolutionary-state-tkachev-trotsky-and-lenin.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2016.

UNITED NATIONS. Department of Field Support Cartographic Section. **Angola: Map n° 3727**. Aug. 2008. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/angola.pdf>>. Acesso em: 17 nov 2016.

VANDEL, J.A.; LASMAR, J. M.. A longa Guerra Global ao Terror e seus efeitos na sociedade internacional: conceitos, contradições e estudos de caso. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 53, p. 03-07, mar. 2015. Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782015000100003>.
Acesso em: 20 nov. 2016.

VIDAL, Nuno. The Angolan regime and the move to multiparty politics. In: CHABAL, Patrick; VIDAL, Nuno. **Angola: the weight of history**. London: Hurst Publishers, 2007. Cap. 4. p. 125-174.

_____. Social Neglect and the Emergence of Civil Society. In: CHABAL, Patrick; VIDAL, Nuno. **Angola: the weight of history**. London: Hurst Publishers, 2007. Cap. 6. p. 200-235.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. A África Independente e a Guerra Fria. In: VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **Breve História da África**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007. Cap. 3. p. 105-140.

_____. **A África e as Potências Emergentes: nova partilha ou cooperação sul-sul?**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013. 243 p.

Visentini, P. ; CALICH, A. P. M. . **As Relações Brasil-Angola: pivô da diplomacia africana**. 2015 (Anais Eletrônicos do 5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais).

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A Política Africana do Governo Lula. **NERINT**, 2008. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/nerint/artigos/>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

WHEELER, Douglas. Uma breve história de Angola entre 1971 e 2008. In: WHEELER, Douglas L.; PÉLISSIER, René. **História de Angola**. 6. ed. Lisboa: Tinta da China, 2016. Cap. 12. p. 355-375.

WORLD BANK. GDP growth (anual %). Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2012&locations=AO&name_desc=false&start=2002&view=chart>. Acesso em 23 nov. 2016.

ZOTOV, Nikolai; MALIKH, Vladislav. A revolução libertadora e suas origens. In: __ZOTOV, Nikolai; MALIKH, Vladislav. **A África de Expressão Portuguesa: experiência de luta e de desenvolvimento**. Moscú: Progresso, 1990. Cap. 3. p. 93-173.